



CÉLIO AZEVEDO



JANE ARAÚJO



GILBERTO NASCIMENTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ex-assessor de Palocci, Rogério Buratti (E) faz novo depoimento à CPI dos Bingos; ex-ministro Anderson Adauto e deputado Ronivon Santiago falam à CPI do Mensalão

CPI dos Correios deve divulgar nesta semana documento da Sub-Relatoria de Fontes Financeiras mostrando que dinheiro dado por Marcos Valério ao PT não veio de empréstimos bancários

Relatório desvenda o labirinto do valerioduto

PÁGINAS 3 A 6

cidadania

Os direitos dos passageiros de transporte aéreo

PÁGINA 16

Relator busca R\$ 12,5 bi para fechar Orçamento

PÁGINA 7

Visita de Bush divide opinião de senadores

PÁGINA 11

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

MARCOS BERGAMASCO/SECOM-MT



MEIO AMBIENTE

Parques nacionais: a natureza à espera do uso racional

PÁGINAS 8 E 9

Vista aérea do rio Xingu, no Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso: a beleza de um dos 55 parques existentes no país

CRISE POLÍTICA R\$ 10 milhões teriam saído da Visanet, empresa que tem um terço do capital sob controle do BB

Mais perto das fontes do valerioduto



O relatório que a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios vai divulgar nesta semana consolida uma informação que vem sendo dada pelo sub-relator, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR): é falsa a justificativa de que o valerioduto tem como fonte os empréstimos tomados em bancos e repassados ao PT.

O deputado trabalha com a hipótese de que o dinheiro foi dado por Marcos Valério ao PT em troca de contratos vultosos com órgãos da administração pública ou em troca de compensações em contas no exterior.

A presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, disse à CPI que Valério agia como um "facilitador", da mesma forma que o presidente do BMG reconheceu que teve audiências com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, marcadas por Valério.

– A não-realidade do empréstimo está no desinteresse [dos

bancos] na sua cobrança – afirma o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Fruet chama atenção para a movimentação intensa entre as 75 contas ligadas a Valério e para o fato de terem circulado mais de R\$ 200 milhões pela agência SMP&B, considerada a principal alimentadora do valerioduto.

– O dinheiro passeava por várias contas. Isso é típico de lavagem de dinheiro – opinou.

Valério, no entanto, tem divulgado notas à imprensa criticando a opinião do deputado e reafirmando que emprestou dinheiro para o PT e briga na Justiça para que o partido quite a dívida.

Viagem aos Estados Unidos é cancelada

A falta de confirmação dos encontros com promotores de Nova York determinou o cancelamento da viagem que parlamentares da CPI dos Correios fariam aos Estados Unidos, informou Delcídio Amaral (PT-MS), presidente do colegiado. A CPI busca o acesso ao sigilo da conta de Duda Mendonça nas Bahamas.



"A não-realidade dos empréstimos está no desinteresse dos bancos na sua cobrança", diz Serraglio

Verba de publicidade da Visanet abasteceu esquema

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), anunciou a descoberta da origem de R\$ 10 milhões do valerioduto, que seria o saldo da conta de publicidade da Visanet, gerenciada pelo Banco do Brasil.

Em 2004 a Visanet depositou, de acordo com a CPI, R\$ 35 milhões nas contas de Marcos Valério, como adiantamento por serviços de publicidade prestados pela DNA Propaganda. No total, a Visanet pôs R\$ 91,4 milhões nas contas de Valério.

– A alegação é que a compra de mídia antecipada traria ganhos para a empresa – disse o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ). A operação teria dado um saldo de R\$ 10 milhões, que foi investido pela DNA no BMG, no mesmo dia em que o banco liberou um empréstimo de mesmo valor para Valério.

O responsável pela manobra seria o ex-diretor de Marketing do BB, Henrique Pizzolato, apontado como beneficiário de R\$ 326 mil, sacados por um funcionário do Previ, fundo de pensão dos servidores do BB. Ele também é acusado de ter centralizado a publicidade na agência de Valério.

Em nota, a Visanet disse que fez os depósitos seguindo orientação do BB. Este, por sua vez, anunciou que faz uma auditoria interna e cobra judicialmente R\$ 9,1 milhões da DNA. O deputado Carlos Abicalil (PT-MT) disse que foi precipitado – e "sem provas" – o anúncio de Serraglio.



Henrique Pizzolato

Bonificações também podem ter sido desviadas

Outra possível fonte do valerioduto seria o dinheiro dado às agências como bonificação pelo investimento em mídia, a bonificação de volume (BV), informou Osmar Serraglio. Segundo ele, as agências teriam ficado com cerca de R\$ 90 milhões que, contratualmente, deveriam ter sido repassados aos cofres públicos por meio de descontos nos pagamentos.

Empresas da Rede Globo, por exemplo, foram identificadas como depositantes de cerca de R\$ 7,5 milhões, justificados como pagamento de BV às empresas de Valério, que detinham as contas do Banco do Brasil, Eletronorte, Correios, ministérios do Esporte e do Trabalho, entre outros.

A bonificação de volume é o nome dado a um adicional pago pela mídia às agências de publicidade pelo espaço adquirido por elas, em percentuais que chegam a 15% do valor comprado. É criticada no Brasil, pois se tornou uma fonte alternativa de receita das agências.

Diante disso, grandes anunciantes exigem o repasse, na forma de descontos, do BV sobre a mídia de suas contas. É o caso dos Correios e da maioria dos contratos públicos, que especificam: a agência deve "transferir, integralmente, à empresa os descontos especiais, as bonificações e outras vantagens". Ou seja, Valério embolsou um dinheiro que deveria ter sido economizado dos cofres públicos.

A prática de BV no Brasil é criticada porque são os veículos que definem os preços e vendem espaços às agências, o que não acontece em outros países, onde o comércio da mídia é diversificado entre várias empresas.

Indícios contra a tese dos empréstimos

- ▶ Marcos Valério apresentou três valores diferentes para o total dos empréstimos no decorrer das investigações: R\$ 55 milhões, R\$ 55,2 milhões e R\$ 55,8 milhões.
- ▶ Os contratos apresentavam garantias frágeis, que não asseguravam o pagamento da dívida aos bancos Rural e BMG.
- ▶ Em 1998, quando repassou recursos para a campanha de Minas Gerais, Valério tomou R\$ 9 milhões no Banco Rural. A dívida foi liquidada por R\$ 2 milhões, em 2003.
- ▶ A "conta-mãe" do valerioduto movimentou R\$ 200 milhões a mais do que o total dos empréstimos.
- ▶ Os saques vultosos são anteriores ao primeiro empréstimo tomado por Valério.
- ▶ Não há qualquer documento que justifique o dinheiro repassado por Valério como empréstimos do empresário ao PT.
- ▶ Os saques não estão registrados na contabilidade das agências do empresário.
- ▶ Valério retirou R\$ 10 milhões em espécie da DNA Propaganda, empresa que não tomou empréstimos para o valerioduto.
- ▶ O pagamento de R\$ 10,5 milhões a Duda Mendonça e os repasses por meio de *tradings* confirmam que Valério mantinha movimentação expressiva no exterior.
- ▶ No período do valerioduto, as finanças de Valério cresceram expressivamente, inclusive por conta de contratos gigantes com estatais.

Agenda da CPI dos Correios

Terça-feira	Postal Noturna que, segundo a CPI, deu um prejuízo de R\$ 64 milhões aos Correios.	do PPS de São Paulo, denunciou esquema de pagamento de propina a vereadores na gestão de Marta Suplicy em São Paulo.	lação do mercado de seguros.	do PT de Londrina, denunciou que o então ministro José Dirceu levou R\$ 300 mil ao comitê petista em Londrina, em 2004.
10h30 – Plenário da CPI				
Votação de requerimentos				
14h – Sub-Relatoria de Contratos	14h – Sub-Relatoria de Fontes Financeiras	Quarta-feira	14h – Sub-Relatoria de Contratos	14h – Sub-Relatoria de Fontes Financeiras
Roberto Kfourri – Os parlamentares ouvem o sócio da companhia Aeropostal e ex-diretor-executivo de outra empresa do ramo, a Beta. As duas participavam das licitações para operar a Rede Postal Noturna dos Correios.	Marcelo Viana – Funcionário do doleiro Toninho da Barcelona, teria repassado US\$ 5 mil a um funcionário do gabinete do deputado Devanir Ribeiro (PT-SP).	10h – Plenário da CPI	Emily Sônia Fukuda Yamashita – Presidente da Associação Brasileira das Franquias dos Correios.	José Luis Alves – Assessor do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto (PL), atual prefeito de Uberaba. Aparece na lista de sacadores.
Américo Proietti – Também depõe o dirigente da Skymaster, empresa operadora da Rede	Nelma Cunha – Funcionária da Havaí Câmbio e Turismo, de Santo André (SP). De acordo com Toninho da Barcelona, faz parte do esquema de movimentação ilegal no exterior do PT.	Serão ouvidos Maurício Paqueta, Bruno Prada e Maria Cristina da Cruz, ex-dirigentes da Interbrazil, empresa de seguros acusada de colaborar para o caixa dois petista.	Ernesto Duarte – Sócio da agência dos Correios franqueada do Shopping Tamboré (SP). O TCU apontou que a estatal teve prejuízos de cerca de R\$ 10 milhões em função das franquias.	Renato Alves Souza – Funcionário do Banco Rural, indicado por Simone Vasconcelos.
	Rui Vicentini – Ex-tesoureiro	René Garcia Júnior – Funcionário da Superintendência de Seguros Privados, declarou que a Interbrazil responde a processos no órgão, responsável pela regu-	14h – Sub-Relatoria de Fontes Financeiras	10h – Plenário da CPI
			Soraya Garcia – Ex-assessora	Apresentação do relatório parcial de Fontes Financeiras.

CRISE POLÍTICA Semana de muitos depoimentos nas comissões parlamentares de inquérito dos Bingos e do Mensalão

"Operação Havana" sob investigação



O suposto recebimento de dólares cubanos pelo PT para a campanha presidencial em 2002 será debatido nesta terça-feira, em reunião conjunta das CPIs dos Bingos e dos Correios, que ouvirão o consultor de empresas Vladimir Poletto. Em entrevista à revista *Veja*, ele teria confirmado a remessa de US\$ 1,4 milhão de Cuba, que teria chegado às mãos do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

A convocação de Poletto, aprovada no fim de agosto, foi pedida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, assim como a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do consultor.

O número do telefone de Poletto foi identificado nas escutas realizadas, por iniciativa do Ministério Público de São Paulo, no telefone de Rogério Buratti. Há suspeitas de que os dois teriam promovido tráfico de influência para beneficiar grupos empresariais.

Assim como Poletto, que foi assessor de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto,

Rogério Buratti – que depôs duas vezes na CPI dos Bingos e participou de uma acareação – também confirmou a remessa dos dólares. Segundo ele, Ralf Barquete, já falecido, o teria consultado sobre “como trazer US\$ 3 milhões de Cuba”. A consulta teria sido um pedido de Palocci.

Poletto disse à *Veja* que foi buscar o dinheiro em Brasília, então de posse de Sérgio Cervantes, que já serviu como diplomata cubano no Brasil. Afirmou ainda que não sabia que se tratava de dinheiro, já que teria pego apenas caixas de bebidas. Ele só teria recebido informação sobre a remessa depois de os volumes terem sido entregues a Delúbio Soares.

Outra testemunha do envio das caixas é o motorista Éder Eustáquio Macedo, que, em um Omega preto, teria levado Barquete de Congonhas para



Garibaldi é autor do pedido de convocação de envolvido na suposta doação de Cuba ao PT

Viracopos, onde Poletto o teria esperado com as caixas.

Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, considerou as denúncias graves e por isso, em acordo com o relator, antecipou o depoimento de Poletto.

A CPI também deverá convocar novamente Rogério Buratti.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pedirá a votação, nesta terça-feira, de requerimentos de convocação do motorista Éder Macedo e da viúva de Ralf Barquete, Suely Ribas Santos.

Jamil Murad fala sobre o assassinato de Celso Daniel

Embora a semana esteja direcionada para a chamada “Operação Havana”, a CPI dos Bingos volta ao caso Celso Daniel ao ouvir nesta terça-feira o deputado Jamil Murad (PCdoB-SP), que assistiu à necropsia do corpo do ex-prefeito de Santo André, morto em 2002.

Murad, assim como o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que acompanhou as investigações da morte, rejeita a tese de que Celso Daniel teria sido torturado e considera que houve, sim, um crime comum, conforme o primeiro inquérito da Polícia Civil de São Paulo.

O médico-legista Carlos Princes apontou, em seu laudo, a prática de atos de tortura contra o ex-prefeito, que foi encontrado com a cueca do avesso, o que no código dos criminosos significaria “traidor”. Princes foi achado morto em seu escritório no mês passado.

Consultores do Senado que trabalham na CPI dos Bingos estiveram com membros do Ministério Público que investigam o caso para verificar novos documentos e quebras

de sigilo.

Também nesta semana, na quinta-feira, serão ouvidas a viúva do ex-prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, e a namorada de Celso Daniel.

Roseana Morais Garcia é viúva de Toninho do PT, morto em setembro de 2001 quando deixava um *shopping center* em Campinas. Segundo Roseana, Toninho abriu várias frentes de combate, em Campinas, contra casas de bingos, empresas de transporte coletivo e empresas de coleta de lixo.

Roseana Morais Garcia, viúva de Toninho do PT, será ouvida nesta quinta-feira

A viúva não aceita a tese de que o marido teria sido morto por ter atrapalhado fuga de ladrões na saída do *shopping* e pede a reabertura do caso.

No mesmo dia será ouvida a namorada de Celso Daniel, Ivone Santana. Ela contesta os depoimentos de João Francisco e Bruno Daniel, irmãos do prefeito assassinado, e diz que não havia proximidade entre os irmãos. Ivone tenta provar na Justiça que tem uma filha com Celso Daniel, até hoje não reconhecida pela família.

Anderson Adauto depõe na CPI do Mensalão

A CPI do Mensalão terá agenda movimentada nesta semana. O ponto alto deverá ser o depoimento do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto na quarta-feira. Seu chefe de gabinete no ministério, José Luiz Alvez, que já depôs na CPI, consta da lista de sacadores das contas do empresário Marcos Valério – ele teria recebido R\$ 1 milhão.

Na terça-feira, às 11h30, de-

verão ser ouvidos o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) e o ex-deputado Chicão Brígido. Eles foram acusados de receber R\$ 200 mil cada um em 1997 para votar a favor da emenda que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ronivon renunciou e foi reeleito deputado em 2002. Brígido respondeu a inquérito na Câmara e foi absolvido.

Os dois já faltaram a convocações na CPI do Mensalão. Por isso, a comissão deverá recorrer à Polícia Federal para garantir o comparecimento – à força, se necessário – dos depoentes.

Na quinta-feira, a CPI promove mais dois depoimentos: do tesoureiro do PT no Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, e seu assessor Paulo Antônio Bassoto. Eles figuram na lista de Valério

como destinatários de R\$ 1,2 milhão.

Ainda na CPI do Mensalão, deverá ser apresentado, nos próximos dias, um relatório parcial dos trabalhos. O anúncio foi feito na terça-feira passada pelo relator da comissão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), durante reunião administrativa que também definiu a agenda desta semana.

Valério diz como confirmar os R\$ 55 milhões

O empresário Marcos Valério, acompanhado do seu advogado, reuniu-se por quase duas horas com integrantes da CPI do Mensalão, na última terça-feira. Participaram do encontro o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), o relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), e os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), sub-relator de Movimentação Financeira, e Romeu Tuma (PFL-SP). Lando disse que a reunião com Valério foi convocada para esclarecer discrepâncias entre os valores que constam de lista de saques entregue por ele à CPI e aqueles declarados pelos supostos beneficiários dos repasses. O valor total reconhecido pelos depoentes é pelo menos R\$ 10 milhões inferior aos R\$ 55 milhões da lista de Valério. – Ele reafirmou o que tinha apresentado por escrito. E mostrou como a CPI deve encontrar a confirmação desses elementos, verificando as contas, a contabilidade, analisando as informações – destacou Amir Lando. Tourinho disse que os parlamentares têm certeza de que está correto o valor declarado por Valério.

Ex-secretário de Gil admite saque em conta de Valério

Roberto Costa Pinho, ex-secretário de Programas e Projetos do ministro da Cultura, Gilberto Gil, reconheceu em depoimento na última segunda-feira na CPI do Mensalão ter feito quatro saques em contas do empresário Marcos Valério no Banco Rural. Foram R\$ 300 mil entre setembro de 2003 e fevereiro de 2004. Na relação fornecida às CPIs, Valério atribui a Costa Pinho saques no valor de R\$ 450 mil.

O ex-secretário não deu explicações sobre a diferença de quantias. Ele contou que recebeu os R\$ 300 mil como adiantamento por serviço de consultoria em *marketing* político para o PT para as eleições municipais de 2004. Disse que foi contratado pelo então tesoureiro do PT Delúbio Soares. O acerto, acrescentou, teria sido informal. O valor total combinado com Delúbio seria

de R\$ 700 mil. O ex-tesoureiro pagava em parcelas.

Pagamento feito sem a realização do serviço

O serviço não chegou a ser prestado porque Pinho se envolveu num escândalo que levou à sua demissão do Ministério da Cultura, em meio a suspeitas de corrupção em programa de implantação de centros comunitários. Com o nome do ex-secretário aparecendo na imprensa, Delúbio teria desistido de contratá-lo. Mas não pediu o dinheiro de volta. Segundo Pinho, o ex-tesoureiro foi compreensivo, respondendo que não faltaria oportunidade para que o serviço fosse prestado.

A versão de Pinho não convenceu os parlamentares.

– É muito difícil acreditarmos nessa história. Como é que se



Amir Lando (E), acompanha depoimento de Roberto Costa Pinho, ex-secretário de Projetos do Ministério da Cultura

vai fazer um contrato de um valor alto, de 700 mil reais, sem nada por escrito? – questionou o senador José Jorge (PFL-PE).

Pinho também foi questionado sobre a relação com o senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI dos Correios. Ele

disse que trabalhou no planejamento da campanha de Delcídio para o Senado, em 2002, contratado pelo consultor de *marketing* João Santana. Pinho refutou a hipótese de os R\$ 300 mil terem sido pagamento pela campanha do senador.

CRISE POLÍTICA PSDB e PFL avaliam denúncia por crime eleitoral se houver indícios fortes sobre dólares cubanos

Oposição estuda ação na Justiça contra Lula



As lideranças do PSDB e do PFL no Senado encomendaram às suas assessorias jurídicas um estudo para saber se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime eleitoral, com base nas denúncias publicadas pela revista *Veja* de que o PT teria recebido US\$ 3 milhões do governo de Cuba para

serem usados na campanha de Lula à Presidência da República. O governo nega as acusações e acena com a possibilidade de entrar na Justiça contra a revista por calúnia e difamação.

Caso os advogados concluam que há indícios e elementos jurídicos fortes de que, de fato, houve desrespeito às regras eleitorais na campanha de Lula, a oposição vai entrar esta semana com uma representação junto

ao Ministério Público Federal ou perante o Tribunal Superior Eleitoral para que as denúncias da *Veja* sejam apuradas. "Estou seguro de que a postura da oposição, que quer apurar tudo, é a mesma da população brasileira. Não abriremos mão disso, em nome da democracia", declarou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Je-



Arthur Virgílio denuncia ameaças e quer investigar suposta remessa de dólares de Cuba para o Partido dos Trabalhadores

reissati (PSDB-CE) defenderam o direito de livre manifestação da revista, já que a matéria foi criticada por alguns governistas. Demostenes Torres (PFL-GO)

lembrou reportagem anterior da *Veja* sobre contribuição das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) ao PT. (Leia mais sobre o assunto na página 4.)

Simon prevê campanha "cara-de-pau" em 2006

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que a campanha eleitoral de 2006 "terá a mesma cara-de-pau" das últimas eleições. Ele declarou ter ficado impressionado com o programa eleitoral do PT na TV, por dar a impressão de que as investigações das CPIs nada têm a ver com o partido.

– O que é o PT hoje? O PT que sobrou defende o quê? Li hoje que o arrocho fiscal do governo é tão forte que já fizeram até agora toda a economia prevista para o ano. Eu, que passei anos falando mal do Delfim Netto, agora acho que ele é quase um socialista perto do que estão fazendo na economia – desabafou o senador.

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), existem hoje no país duas direitas, a conservadora, representada por setores da oposição, e a "direita cínica", que está no governo Lula e que defende a política neoliberal. Heloísa Helena se disse irritada quando os dois lados procuram dar um ar ideológico à discussão, já que o que está ocorrendo "é a roubalheira mais chula".

Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que a classe política passa pelo seu pior momento perante a opinião pública e que a vitória do "não" no referendo sobre a proibição do comércio das armas e munições seria reflexo desse descrédito.

Alvaro Dias defende reforma profunda no sistema político

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu uma reforma profunda no sistema político e eleitoral como saída para o Congresso Nacional e as instituições democráticas reaverem a credibilidade. Para o senador, as instituições estão desacreditadas, e o Parlamento, "rejeitado pela opinião pública". O descrédito, segundo Alvaro, ainda se aprofunda dia a dia por conta de "um modelo político condenado pela população brasileira".

– O povo daria uma surra no Congresso Nacional por não ter

tido a competência necessária para dar ao país um novo sistema político – assinalou ele, aludindo às recentes referências de parlamentares sobre a possibilidade de dar "uma surra" no presidente Lula.

Alvaro Dias lembrou que o Senado já aprovou os principais pontos da reforma política, como o financiamento público de campanhas, a cláusula de barreira e a federação de partidos. Mas, observou, "a Câmara ignorou o que teve origem no Senado, atrasando os procedimentos".

Tião Viana sugere pacto antiexageros

Ao comentar a matéria da revista *Veja*, o senador Tião Viana (PT-AC) sugeriu um pacto entre os partidos para evitar que "o exagero das denúncias na imprensa" impeça o crescimento brasileiro, a governabilidade e a apuração das denúncias realmente relevantes.



Tião Viana defende a apuração das denúncias "realmente relevantes"

– Aí vem mais uma semana de ataques ao PT, ao PSDB, ao PFL. A impressão que nos dá é que vamos ter de escolher Noé e colocar em uma arca porque o dilúvio está vindo. Ninguém aqui está dizendo que o PT não tem erros, mas a condenação da revista *Veja* parece um exagero, uma precipitação – avaliou o senador.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) leu documento assinado pelo embaixador de Cuba no Brasil negando as denúncias e atribuindo as acusações a uma tentativa de inviabilizar convênio entre os dois países na área médica.

– É isso que eles não querem, não querem que o povo pobre tenha saúde, educação, as elites não querem – opinou a senadora.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), a denúncia é grave, mas a sena-

dora chamou a atenção para a inexistência de provas, pois as informações teriam sido dadas pelo ex-assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci, o advogado Rogério Buratti.

Serys Shessarenko (PT-MT) repudiou a reportagem, reconheceu a necessidade de investigação de todas as suspeitas, mas considerou as denúncias como parte de uma campanha promovida por "pessoas raivosas" contra o PT.

– Nessa altura do campeonato, a revista *Veja* aparecer com essa história de "ouro de Havana" é muito ridículo – classificou a senadora.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a revista, dizendo que a publicação registra a venda de mais de 1 milhão de exemplares por semana e tem prestígio na sociedade.

Virgílio denuncia ameaças contra a família

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), solicitou à Mesa do Senado providências junto ao Ministério da Justiça para proteção e garantia de vida à sua família. Segundo o senador, um ex-policial teria sido contratado por R\$ 100 mil, pelo PT em Manaus, para investigar sua vida pessoal e estaria "rosnando ameaças de agressão física à minha família".

– Investigar minha vida, tudo bem. Nada tenho a temer. Mas não ameacem minha família. Eu enfrento pessoalmente quem o fizer – enfatizou.

Virgílio chegou a afirmar que, se seu filho fosse agredido por

ordem de alguém a mando do governo, "daria uma surra até em Lula".

– Eu daria uma surra no biltre ou bazofeiro que disse ter recebido R\$ 100 mil do PT para fazer mal à minha família. E reafirmo que faria o mesmo com Lula se fosse provada a ameaça oficial contra meu filho – reiterou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse "chocado" com as palavras do líder do PSDB.

– Será que pode um deputado ou um senador dizer que vai dar uma surra física no presidente da República? – questionou.

Diversos senadores apartearam Suplicy, alertando-o que a

"surra" a que Virgílio se referia era uma figura de retórica, própria do seu estilo agressivo. O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou ter comunicado as denúncias feitas por Virgílio ao diretor-geral da Polícia Federal e mandado ofício pedindo para que ele ouça Gilmar Reis Barbosa, supostamente o ex-policial em questão.

Ao se solidarizar com Arthur Virgílio, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) denunciou que a Abin estaria grampeando os telefones de vários deputados, inclusive ACM Neto, integrante da CPI dos Correios.

Suplicy parabeniza Lula por ir a programa

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a decisão do presidente Lula de comparecer ao programa de entrevista *Roda Viva*, da TV Cultura, lembrando que, por diversas vezes, aconselhou o presidente a dar mais entrevistas coletivas e sugeriu a ele também uma visita ao Congresso para dialogar com os parlamentares. O senador observou que Lula tem se irritado com a insistência dos jornalistas em lhe fazer perguntas, dizendo que, se houvesse disposição de diálogo por parte do presidente, situações como essa não ocorreriam.

José Jorge denuncia ministro Luiz Marinho

José Jorge (PFL-PE) anunciou que apresentará à Comissão de Ética Pública do Poder Executivo denúncia contra o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que teria afirmado, em entrevista, que o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), tem "saudades de Hitler". A declaração teria estimulado um sindicalista vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e filiado ao PT desde 1993, a espalhar por Brasília cartazes em que o presidente do PFL aparece usando um uniforme militar nazista.

Valadares pede solução para caso Capiberibe

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou questão de ordem para pedir que o Senado defina como será a defesa garantida pelo STF a João Capiberibe (PSB-AP). Para Valadares, a Casa tem que definir se a apreciação da decisão judicial cabe à Mesa, ao Plenário ou à CCJ. Na sexta-feira, o advogado-geral do Senado, Antonio Cascais, apresentou ao STF parecer em que alega não haver "necessidade de novo contraditório", pois a "ampla defesa já foi observada no processo judicial".

Mesquita Júnior deve se explicar até quarta-feira

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) tem prazo até esta quarta-feira para apresentar sua defesa perante o Conselho de Ética do Senado pela representação protocolada pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). A parlamentar pede que Mesquita explique denúncia publicada no *Jornal do Brasil*, segundo a qual ele recolhe parte do salário de servidores lotados em seu gabinete. O jornal transcreveu três conversas telefônicas de funcionários que teriam repassado 40% do salário ao senador.

CRISE POLÍTICA Presidente da Câmara marca data para votação em Plenário do processo de cassação do deputado

23 de novembro será o Dia D para Dirceu



O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, confirmou para o dia 23 de novembro, uma quarta-feira, a votação em Plenário do processo contra o deputado José Dirceu (PT-SP). Na sexta-feira, o relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que pede a cassação de Dirceu por quebra de decoro parlamentar, foi aprovado no Conselho de Ética por 13 votos a 1, mesmo resultado da primeira votação, anulada pelo Supremo

Tribunal Federal (STF).

O conselho também aprovou sugestão para que a votação do parecer em Plenário seja realizada já nesta semana, para evitar que os advogados de Dirceu recorram novamente ao STF.

Aldo prometeu analisar o pedido. Ele justificou a escolha (dia 23) pela expectativa de quórum alto nessa data e para evitar que a decisão inviabilize as votações da MP 258/05, que cria a Receita Federal do Brasil (Super-Receita), e do processo contra Sandro Mabel (PL-GO), ambas marcadas para esta semana. Na próxima,

o quórum deverá ser baixo em razão do feriado de terça (dia 15, Proclamação da República).

Após reunião com o presidente do Conselho de Ética, Ricardo Izar (PTB-SP), Aldo Rebelo reiterou que a votação dos processos respeitará a ordem de chegada na Mesa – daí a prioridade ao caso de Mabel.

Enquanto isso, o advogado de Dirceu, José Luís Oliveira Lima, anunciou dois recursos contra a nova votação do conselho, ambos alegando falha processual – um à Comissão de Constituição e Justiça e outro ao STF.

Plenário prorroga prazo para encerrar processos

A Câmara aprovou a prorrogação por 45 dias do prazo para análise, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e no Plenário, dos processos contra os deputados Romeu Queiroz (PTB-MG), José Dirceu e Sandro Mabel. Em relação a este último, relatório propondo o arquivamento do pedido de cassação foi aprovado pelo conselho (*veja abaixo*).

O prazo adicional havia sido solicitado pelo Conselho de Ética como precaução para eventuais atrasos no cronograma de votação dos relatórios sobre os três casos. A data limite inicial para a vota-

ção dos processos se encerraria no dia 8 de novembro.

Regras conflitantes geram questão de ordem

O deputado Nilson Mourão (PT-AC) apresentou, ao Plenário, questão de ordem que apontava conflito entre a resolução que instituiu o Código de Ética (25/01) e o regulamento interno do Conselho de Ética sobre a possibilidade de prorrogação do prazo para análise de processos. O presidente Aldo Rebelo indeferiu a questão de ordem por entender que a própria resolução prevê as

alterações do regulamento. Nilson Mourão recorreu da decisão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A resolução estabelece que o prazo de 90 dias para a análise de cada processo é improrrogável. Já o regulamento abre a possibilidade de uma consulta ao Plenário para concessão de prazo extra. Mourão defende a tese de que a resolução foi submetida ao Plenário, enquanto o regulamento foi votado apenas pelos conselheiros, por isso a primeira teria precedência ou tornaria inválida a prorrogação aprovada.



FOTOS: ANTONIO CRUZ/ABR

Na sexta-feira, relatório que recomenda a cassação de Dirceu foi aprovado pela segunda vez no Conselho de Ética da Câmara

Aldo pede apuração sobre grampo contra parlamentares

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, vai pedir ao Ministério da Justiça que apure as denúncias de que telefones de deputados foram grampeados ilegalmente.

– Em primeiro lugar, cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal tomar providências. Mas a Câmara e a sua Polícia também

de e de outras instâncias investigativas do Congresso estejam sendo grampeados levaram o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio, a pedir que a Polícia Federal apure o caso. Ele suspeita que seu próprio telefone e de outros colegas, como o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), estejam sendo

monitorados.

No início dos trabalhos, o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse ter identificado escutas nos telefones de

suas residências e que ele e membros de sua família tinham a impressão de estarem sendo seguidos. Há algumas semanas, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também manifestou a suspeita.

Na semana passada, as denúncias de monitoramento se multiplicaram, entre outras por parte dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), do relator do processo contra o ex-ministro José Dirceu, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), e da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), integrante do Conselho de Ética da Câmara.

"Democracia não pode tolerar escutas clandestinas", diz Aldo Rebelo

Conselho arquiva denúncia contra Mabel

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou por unanimidade o relatório que recomenda o arquivamento do processo contra o líder do PL, deputado Sandro Mabel. Foram 14 votos favoráveis ao parecer do relator, deputado Benedito de Lira (PP-AL). O pedido segue agora para votação secreta no Plenário da Câmara.

O PTB protocolou em 2 de agosto representação contra

Mabel por quebra de decoro parlamentar por ter supostamente oferecido à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) R\$ 1 milhão, a título de "luvas", mais R\$ 30 mil por mês para que a parlamentar trocasse seu partido pelo PL.

Após quase três meses de investigações, depoimentos e uma acareação entre Mabel e a deputada, o relator recomendou o arquivamento porque não foram produzidas provas que sustentassem a acusação.

"Ficou a palavra de um deputado contra a palavra de outro", resumiu.

– Eu não estou dizendo no meu relatório que "o deputado Sandro Mabel é inocente". Estou pedindo o arquivamento – explicou Benedito de Lira.

Mabel, chorando, agradeceu aos integrantes do Con-

selho de Ética, que, segundo ele, "mantiveram uma linha de coerência, independentemente de filiação partidária". O líder do PL afirmou que sofreu 150 dias de aflição.

– Eu não desejo isso para ninguém. É um martírio. Quem passa por um negócio desses nunca mais é o mesmo – desabafou.

Ao final da votação, aliviado, Mabel afirmou que iria "rezar e agradecer a Deus" pelo que classificou de "resgate moral".

Chico Alencar (PSOL-RJ) manifestou-se favorável ao parecer pelo arquivamento porque, em sua opinião, Mabel, "pela sua postura, se inocentou". Ele se referiu à atitude do deputado perante o conselho, abrindo seus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Alencar disse ainda que Raquel Teixeira falhou ao não manifestar sua indignação sobre a suposta oferta imediatamente após recebê-la, mas se declarou "absolutamente contra qualquer tipo de punição à deputada".



Sandro Mabel, pouco antes de ouvir a decisão: "Foram 150 dias de aflição"

Reunião vota parecer contra Queiroz na terça-feira

O Conselho de Ética da Câmara adiou para esta terça-feira a discussão e votação do parecer do deputado Josias Quintal (PSB-RJ), que recomenda a perda de mandato do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG). A reunião está marcada para as 14h30, no plenário 11.

Em seu parecer, Quintal afirma

que o recebimento, por Romeu Queiroz, de R\$ 452,8 mil do PT, por meio das contas bancárias do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, configurou quebra de decoro parlamentar, pois o dinheiro não foi declarado à Justiça Eleitoral. Segundo Queiroz, R\$ 350 mil foram entregues ao PTB nacional e o restante foi

repassado a candidatos do partido nas últimas eleições.

Com o adiamento, o processo contra o deputado José Dirceu deverá chegar antes do de Queiroz à Mesa diretora. O parecer do deputado Júlio Delgado, que pede a cassação de Dirceu, foi aprovado por 13 a 1 em reunião realizada na última sexta-feira.

Deputados explicam posição do conselho ao ministro Eros Grau

Integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar estiveram com o ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau, na semana passada, para apresentar informações que, segundo eles, poderão ser úteis para o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pelo deputado José Dirceu.

Representaram o Conselho de Ética o presidente do órgão, Ricardo Izar, e os deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Nelson

Trad (PMDB-MS).

– O conselho reafirmou o cuidado que tem na preservação da harmonia entre os Poderes, e tem consciência de que deve agir sem ferir o direito individual de qualquer cidadão – destacou Nelson Trad.

O mandado de segurança, cujo mérito ainda deverá ser julgado pelo STF, refere-se à legalidade ou não de o Conselho de Ética utilizar documentos sigilosos da CPI dos Correios.

ORÇAMENTO

Nova tentativa de votar o relatório preliminar

A Comissão Mista de Orçamento adiou para esta terça-feira, às 14h30, a votação do parecer preliminar do relator-geral. Apesar das pressões que vem recebendo e da obstrução velada de partidos da oposição, como o PFL, o deputado Carlito Merss (PT-SC) está confiante em que seu relatório preliminar reúne condições para ser aprovado. No ano passado, lembrou, o mesmo documento só pôde ser votado no dia 23 de novembro.

Merss informou que o deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), relator setorial da área da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, iniciará os entendimentos com os governadores, para incluir no seu relatório uma estimativa

inicial da Lei Kandir. Esse acordo sobre a emenda de Anivaldo Vale, que pretendia negociar os recursos para ressarcir os estados exportadores, deve ajudar a apressar a votação do parecer preliminar, na avaliação do relator-geral.

Os pleitos para o aumento das despesas federais em 2006 estão se avolumando. Carlito Merss já ouviu mais de uma dezena de setores, desde os que representam as demandas sociais até os comandos militares. Na semana passada, as entidades representativas dos hospitais privados e filantrópicos que prestam serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS) pediram reforço de nada menos do que R\$ 4,7 bilhões.

Heloísa critica governo por reter verbas

Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou o governo de não liberar “nem mesmo as verbas do Orçamento da União que escaparam do maldito contingenciamento” imposto pelo presidente da República. Ela considerou inadmissível que, dos R\$ 2,6 bilhões que poderiam ser gastos neste ano em investimentos na área de saúde, até o final de setembro só haviam sido liberados R\$ 146 milhões, ou seja, apenas 5,6% do orçamento, apesar de transcorridos 75% dos dias do ano.

– Como líder do PT, eu criticava o governo Fernando Henrique pelo mesmo motivo. Agora, vejo o governo Lula fazer pior. Por que não contingenciam os gastos com os juros que vão encher a pança dos banqueiros? – questionou. Vestindo uma camiseta com a frase “Fora Bush”, a senadora estendeu suas críticas às liberações para a área de educação, habitação e saneamento.

Lúcia Vânia alerta para perda de recursos do Peti

Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para o possível enfraquecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) com as mudanças propostas pelo relator do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), no Fundo de Assistência Social. Na prática, segundo a senadora, a maior parte dos recursos atualmente destinados ao Peti seria transferida para o Bolsa-Família: cerca de R\$ 900 milhões, de um total de R\$ 1,3 bilhão do programa.

Lúcia Vânia questionou a eficácia do Bolsa-Família em combater o trabalho infantil. Ela observou que o dinheiro da bolsa no Peti, embora recebido pelas mães, pertence às próprias crianças.

– Quando o recurso vai para a família, deixa de ser um direito individual da criança. Perde-se o maior estímulo que a criança pode ter para estar na escola, desenvolver as suas habilidades e poder amanhã disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições com a criança que estuda em escola particular – disse a senadora.

Orçamento precisa de mais R\$ 12,5 bilhões

A partir desta semana, com a definição dos integrantes do Comitê de Receita, começa uma das fases mais importantes da tramitação do Projeto da Lei Orçamentária de 2006: saber qual o montante de recursos com que o Congresso contará para atender os diversos pleitos apresentados à comissão e cobrir o rombo nas despesas orçadas pelo Executivo.

O cenário inicial traçado pelo relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), ao **Jornal do Senado**, aponta a necessidade de arrumar no mínimo R\$ 12,5 bilhões na reestimativa da receita federal. Só as prioridades já anunciadas pelo relator – salário mínimo, atualização da tabela do Imposto de Renda e aumento dos servidores – consumiriam R\$ 7,2 bilhões.

Pelos cálculos preliminares do relator seriam necessários cerca de R\$ 3 bilhões para absorver um salário mínimo de R\$ 340, valor superior aos R\$ 321 embutidos na proposta do Executivo. Merss lembra que essa é uma hipótese de trabalho, que está sendo avaliada tecnicamente.

As duas maiores centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical – reivindicam aumento do mínimo para R\$ 400, valor endossado por Paulo Paim (PT-RS), que integrará a Comissão Especial do Salário Mínimo, a ser instalada esta semana para debater uma

política de recuperação salarial.

Outra prioridade, a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), entre 10% e 12%, exigiria cerca de R\$ 2 bilhões. Esse percentual está abaixo do que querem os trabalhadores, que pediram entre 13% e 14% de correção na tabela do IRPF para restituir as perdas impostas pela inflação.

O relator calcula ainda que seria necessário reforço de R\$ 2,2 bilhões, além do R\$ 1,5 bilhão já orçado na proposta do Executivo, para que todas as categorias de servidores possam obter reajuste médio de 29%.

R\$ 4,3 bilhões para atender a Lei Kandir

Merss continua trabalhando com a previsão de alocar R\$ 4,3 bilhões para compensar os estados exportadores pela concessão de isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com esses recursos para atender a Lei Kandir, o rombo subiria para R\$ 11,5 bilhões. Ainda restaria uma diferença de R\$ 1 bilhão para com-



Relator da proposta, Carlito Merss aposta na nova estimativa da receita federal

pletar os R\$ 12,5 bilhões estimados dentro desse cenário inicial, diferença que corresponderia ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que não foi orçado pelo governo por depender de aprovação no Congresso. Segundo Merss, esse valor não inclui o atendimento a crianças entre zero e três anos.

Entretanto, muitos ajustes ainda terão de ser considerados pelo relator e pelo Comitê de Receita. O impacto das desonerações fiscais da chamada nova MP do Bem (MP 255), por exemplo, ainda não foi avaliado e depende dos possíveis vetos do presidente da República.

Motta: mais valor aos produtos de exportação

O senador João Baptista Motta (PSDB-ES) pediu o apoio dos demais senadores para proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que corta 50% dos benefícios concedidos pela Lei Kandir para a exportação de produtos *in natura*, como ouro em barras, ferro e outros minérios, além de produtos da biodiversidade.

O senador informou que a PEC entrou na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ), mas o governo conseguiu um pedido de vista por cinco dias úteis para o exame da matéria.

– Sei que eles pretendem rejeitar a PEC. Mas não podemos concordar que o Brasil exporte suas riquezas sem lhes agregar valor e importe produtos derivados da matéria-prima barata que exportamos, recebendo isenções tributárias, conforme as que foram dadas pela MP 255, recentemente aprovada – argumentou.

Motta ressaltou que as rique-

zas não-renováveis são exportadas sem agregar valor que torne seus preços mais competitivos. Esses produtos, exportados na forma de matéria-prima, observou, pouco contribuem para o equilíbrio da balança comercial.

– Exportamos 218 milhões de toneladas de ferro em 2004 e só recebemos US\$ 4,5 bilhões. Enquanto isso, a soja beneficiada rendeu US\$ 10 bilhões em exportações no mesmo ano – afirmou.

TABACO

Paim elogia a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

O senador Paulo Paim (PT-RS) tranquilizou os produtores de fumo do país, ressaltando que aqueles que desejarem permanecer na atividade terão garantido seu direito, já que o governo brasileiro não utilizará a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco “como instrumento para práticas discriminatórias de livre comércio”.

Paim lembrou que, na véspera da votação da matéria, no dia 26 do mês passado, o Senado recebeu documento enviado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e assinado



Produtores de fumo terão seus direitos garantidos, afirma Paim

por mais cinco ministros, com o compromisso do governo com o fomento de políticas gover-

namentais que estimulem e apoiem os agricultores a ingressarem em novas cadeias produtivas.

No documento, o governo esclarece que as medidas previstas na Convenção-Quadro não implicam a restrição de políticas nacionais de apoio à produção e tampouco medidas que visem a suprimir o direito de cultivo do tabaco.

– Isto é particularmente importante porque significa que os produtores que hoje cultivam fumo no Brasil poderão

continuar a fazê-lo, se assim o desejarem – salientou Paim.

A matéria, que tramitava no Senado Federal desde maio de 2004, proveniente da Câmara dos Deputados, causou muita polêmica nas comissões por onde tramitou. De um lado, os produtores rurais denunciavam a falta de políticas públicas que assegurassem regras de transição para a cultura do fumo; e, de outro, as entidades antitabagistas e de saúde defendiam a imediata ratificação da Convenção-Quadro.

– Ratificar a convenção foi importante para o Brasil, pois faz

parte de uma iniciativa mundial em que os países reconhecem os danos sanitários, sociais e econômicos provocados pelo tabagismo – disse Paim, frisando que, com a aprovação da medida, o Brasil poderá participar, com poder de voto, da primeira Conferência das Partes, agendada para fevereiro de 2006.

Com a decisão de ratificar o acordo, afirmou o senador, o governo brasileiro marcará sua participação no primeiro tratado internacional de saúde pública, podendo deliberar e influir nas decisões tomadas ao lado dos demais países-membros.

MEIO AMBIENTE Brasil tem 55 parques nacionais, mas muitos acabam se tornando um estorvo para cidades vizinhas

BIA FANELLI/FOLHA IMAGEM



Serra da Canastra, onde fica a nascente do São Francisco: queimadas ameaçam parque nacional

Fogo, poluição e invasões ameaçam áreas protegidas

Apesar das perspectivas positivas surgidas com um parque nacional, são inúmeros os problemas vividos pela maioria deles. Invasões, conflitos com posseiros e com a população local, extração e exploração de plantas e minerais, além da caça e pesca podem ser apontados como os principais, mas não os únicos.

No momento em que se discute a revitalização do São Francisco, o Parque Nacional da Serra da Canastra, onde se encontram as nascentes do rio, torna-se o centro da discussão. Queimadas em fazendas vizinhas fazem com que a área do parque esteja sob vigilância constante, a fim de evitar incêndios como o de 2002, que queimou cerca de 40% do parque. A diminuição da vegetação tem secado algumas nascentes.

O Parque Nacional do Iguaçu, Patrimônio Natural da Humanidade desde 1986, pode perder o título, devido aos constantes problemas causados pela Estrada do Colono. A via, aberta pelo governo do Paraná nos anos 50, para incentivar a colonização do oeste paranaense, corta o parque ao longo de 18 quilômetros. O perigo de atropelamento de animais e a possível extinção de espécies fazem com que a estrada seja mantida fechada desde 2001.

No Rio de Janeiro, a poluição e as favelas ameaçam o Parque da Tijuca. A chuva ácida tem causado danos a espécies vegetais. Nos últimos anos, incêndios atingiram os parques da Serra da Canastra (MG), das Emas (GO/MS), da Serra do Cipó (MG), do Araguaia (TO) e de Brasília (DF).

Parques nacionais: a luta pela preservação



Desde a criação, em 1872, do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, o primeiro do mundo, a combinação entre proteção integral do ecossistema e possibilidade de integração homem-natureza em atividades recreativas e turísticas são os pontos que atraem a atenção para esse tipo de unidade de conservação do meio ambiente.

No Brasil, somente em 1937 surgiria o Parque Nacional de Itatiaia, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde então, mais 54 parques nacionais foram criados. O total poderá aumentar em breve, caso sejam acolhidas as propostas de criação dos parques nacionais Marinho das Ilhas dos Currais (PR) - PLC 60/03, de autoria do então deputado Luciano Pizzatto, atualmente na CCIJ do Senado - e Cânions do São Francisco (AL/BA/SE), em fase de consulta pública no Ibama.

Além disso, está em exame na Comissão de Assuntos Sociais proposta (PLS 329/03) da senadora Serys Slhessarenko

(PT-MT) propondo que a Estação Ecológica de Anavilhanas (AM) seja transformada em parque nacional.

Apesar da presença de um parque nacional geralmente representar alternativas de crescimento econômico para os municípios vizinhos - com o desenvolvimento do turismo, por exemplo -, a realidade nas regiões menos desenvolvidas do país é bem diferente: a infra-estrutura deficiente de várias cidades não permite a implantação de tais atividades e, em alguns casos, o acesso é quase impossível, como ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP), o maior do país.

O PLS 320/05, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), em tramitação no Senado, visa corrigir essa deficiência por meio da destinação prioritária de verbas do Fundo Nacional do Meio Ambiente aos municípios com mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De acordo com Papaléo, “desse modo, estaríamos cumprindo o duplo objetivo de recompensar

os municípios que perdem parte de sua área produtiva por conta da criação de parques nacionais, sem favorecer aqueles que podem tornar a existência dos próprios parques uma fonte substancial de renda”.

Outro projeto é o PLS 107/04 (que tramita na Câmara dos Deputados como PL 5.995/05), do senador José Sarney (PMDB-AP), que propõe um plano de desenvolvimento para os municípios do entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. A proposta prevê a implantação de uma série de atividades estratégicas integradas, como estímulo à agroindústria, ampliação e recuperação da malha viária, fortalecimento do ensino médio e oferta de cursos profissionalizantes.

Em sentido contrário às proposições que visam criar ou ampliar parques nacionais, estão o PDC 1.828/05 - dos deputados Neucimar Fraga (PL-ES), Jair de Oliveira (PMDB-ES) e Manato (PDT-ES) - e o PDC 1.829/05, apresentado pelo deputado Marcelino Fraga (PMDB-ES). Ambos os projetos de decreto legislativo propõem sustar o decreto de 2002 que criou o Parque Nacional dos Pontões Capixabas (ES).

Deficiências de várias cidades não permitem exploração do turismo

Unidades podem ser de proteção integral ou uso sustentável

Existem dois tipos de unidades de conservação no Brasil:

1. De proteção integral, criadas para a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais. São elas: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

2. De uso sustentável, que visa compatibilizar a conservação com o uso direto dos seus recursos: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

Categoria	TIPO	Nº de UC	Área total (km²)
Estação Ecológica	Proteção integral	30	72.033,92
Reserva Biológica	Proteção integral	27	37.405,58
Parque Nacional	Proteção integral	55	170.747,44
Parque Estadual	Proteção integral	123	34.896,97
Monumento Natural	Proteção integral	3	409,07
Refúgio de Vida Silvestre	Proteção integral	2	1.285,21
Área de Proteção Ambiental da União	Uso sustentável	29	65.266,79
Área de Proteção Ambiental Estadual	Uso sustentável	112	191.122,15
Área de Relevante Interesse Ecológico	Uso sustentável	17	325,75
Floresta Nacional	Uso Sustentável	70	191.901,66
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	42	79.145,19
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Uso Sustentável	1	11.240,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso Sustentável	417	4.372,97
Total		928	860.152,70

Fontes: Ibama (www.ibama.gov.br) e Ambiente Brasil (www.ambientebrasil.com.br)



Papaléo Paes é autor de projeto que beneficia municípios com área em parques nacionais

Fotos de satélite apontam desmatamento maior

No mês passado, o mundo foi surpreendido com o estudo feito por cientistas brasileiros e americanos, intitulado *Selective Logging in the Brazilian Amazon* (Corte Seletivo na Amazônia Brasileira), que afirma que o atual monitoramento feito pelo governo brasileiro não relata os números reais do corte de árvores na região.

Apesar de se considerar o corte seletivo um “mal menor”, principal-

mente quando comparado ao corte raso (ou desmate), os dados apresentados pela pesquisa mostram que essa forma de corte tem contribuído enormemente para o desflorestamento da Amazônia.

O estudo foi feito graças à análise das fotos do satélite *Landsat*, entre 1999 e 2002, de parte da Amazônia brasileira, excetuando-se os estados do Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins.

Nota técnica dos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) adverte que a detecção de áreas de afloramentos rochosos e de degradação ambiental podem ser confundidas nas imagens dos satélites, mas ressalta que o estudo é um avanço e deve pautar as análises feitas das imagens pelo governo.

MEIO AMBIENTE Apesar da intenção de preservar, parques nacionais não estão livres de problemas como o desmatamento

As 55 áreas para pesquisa e lazer

Os parques nacionais são criados para preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza, de forma a permitir a pesquisa científica e as atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Mas os parques nacionais, desde a criação do primeiro, o de Itatiaia, em 1937, enfrentam problemas os mais variados: invasão, desmatamento, caça e pesca predatória, incêndios, demarcação conflitante com terras indígenas, chuva ácida, poluição, entre outros.

PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA - DF
Criação: Decreto 241, de 29/11/1961

Criado um ano após a Capital Federal, é um dos primeiros parques nacionais do país. É conhecido principalmente pelas piscinas da Água Mineral, que são uma tradicional fonte de lazer dos brasilienses. Com o parque, pode-se evitar a predação dos mamíferos, preservar amostras típicas do ecossistema cerrado do Planalto Central, garantir a preservação dos mananciais hídricos que servem de fonte de abastecimento de água para Brasília e promover a recreação e o lazer dentro de suas dependências. Encontra-se pronto para votação na Câmara dos Deputados projeto de lei (PLC 4.186-B) do Poder Executivo que pretende aumentar a área do parque dos atuais 318,96 km² para cerca de 460 km², para evitar a destruição e invasões na área de entorno.

PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE - AP
Criação: Decreto s/n, de 22/8/2002

É o maior do país, com 38.821 km² (área pouco inferior à do estado do Rio de Janeiro). O parque guarda grande parte de sua floresta intocada. Sua fauna inclui espécies raras ou ameaçadas de extinção, tais como onça-pintada, suçuarana, diversas espécies de beija-flores, macaco-prego, cuxiú, parauaçu, guariba e macaco-aranha.

PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA - PE
Criação: Decreto 96.693, de 14/9/1988

O arquipélago de Fernando de Noronha foi descoberto em 1503, por Américo Vespúcio, e desde então sofreu com várias alterações causadas pelo homem: ocupação desordenada, introdução de fauna e flora exóticas, exploração de uma pedreira, destruição quase total do único manguezal do arquipélago, desmatamento de cerca de 95% da vegetação original, animais domésticos soltos na ilha, caça e pesca predatórias. A criação do parque visou, especialmente, preservar o ecossistema marinho local; proteger a tartaruga aruanã; garantir a reprodução e o crescimento do golfinho-rotator e proteger os corais da região.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA - MG
Criação: Decreto 70.355, de 3/4/1972

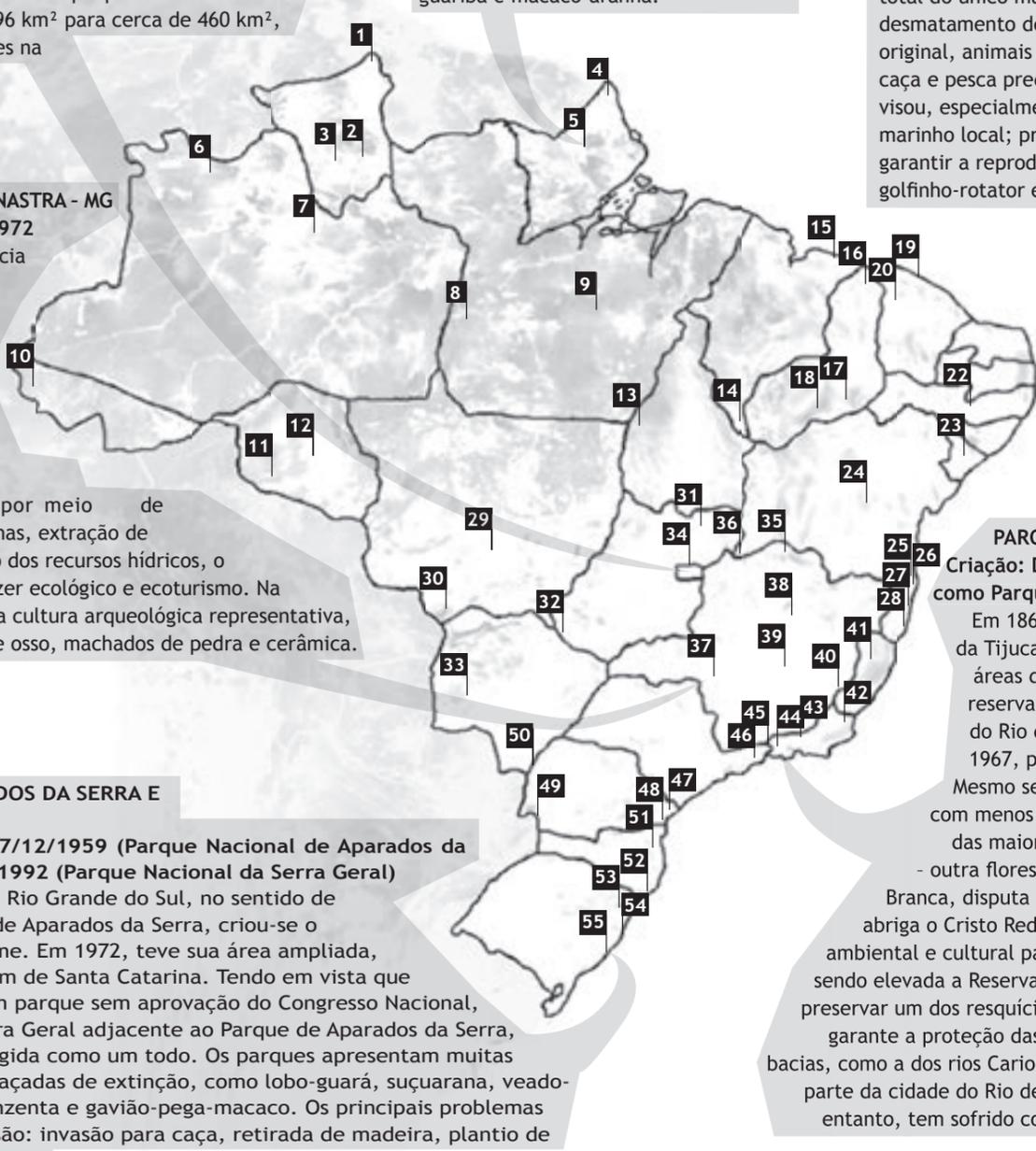
O parque tem significativa importância por abranger nascentes das bacias dos rios São Francisco, Araguari, Santo Antônio, Bateias, Grande e Ribeirão Grande. Com a discussão sobre a transposição do rio São Francisco e a necessidade de sua revitalização, o parque está no centro da discussão, pois já apresenta sinais de destruição, por meio de invasões, queimadas em áreas vizinhas, extração de caulim e garimpo. Além da proteção dos recursos hídricos, o parque possui boa estrutura para lazer ecológico e ecoturismo. Na extremidade norte, encontra-se uma cultura arqueológica representativa, com pinturas de caverna, agulhas de osso, machados de pedra e cerâmica.

PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL - RS/SC
Criação: Decreto 47.446, de 17/12/1959 (Parque Nacional de Aparados da Serra) e Decreto 531, de 20/5/1992 (Parque Nacional da Serra Geral)

Devido a pressões do governo do Rio Grande do Sul, no sentido de se proteger as belezas naturais de Aparados da Serra, criou-se o parque nacional com mesmo nome. Em 1972, teve sua área ampliada, acrescentando-se regiões também de Santa Catarina. Tendo em vista que não se pode alterar a área de um parque sem aprovação do Congresso Nacional, criou-se, em 1992, o Parque Serra Geral adjacente ao Parque de Aparados da Serra, para que a Serra possa ser protegida como um todo. Os parques apresentam muitas espécies da fauna, algumas ameaçadas de extinção, como lobo-guará, suçuarana, veado-campeiro, gavião-pato, águia cinzenta e gavião-pega-macaco. Os principais problemas enfrentados pelos dois parques são: invasão para caça, retirada de madeira, plantio de bananeiras nas encostas e incêndios.

PARQUE NACIONAL DA TIJUCA - RJ
Criação: Decreto 50.923, de 6/7/1961, como Parque Nacional do Rio de Janeiro

Em 1861, d. Pedro II criou as florestas da Tijuca e das Paineiras, reflorestando áreas degradadas pela cafeicultura. A reserva surgiria como Parque Nacional do Rio de Janeiro, nome alterado, em 1967, para Parque Nacional da Tijuca. Mesmo sendo o menor parque do Brasil, com menos de 40 km², é considerado uma das maiores florestas urbanas do mundo - outra floresta carioca, no Maciço da Pedra Branca, disputa o mesmo título. O parque, que abriga o Cristo Redentor, tem grande importância ambiental e cultural para a cidade do Rio de Janeiro, sendo elevada a Reserva da Biosfera em 1991. Além de preservar um dos resquícios da Mata Atlântica, o parque garante a proteção das nascentes e a conservação de bacias, como a dos rios Carioca e Maracanã, que abastecem parte da cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, no entanto, tem sofrido com os poluentes, chuva ácida e crescimento das favelas.



PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

PARQUE NACIONAL	UF
NORTE	
1 do Monte Roraima	RR
2 Viruá	RR
3 Serra da Mocidade	RR/AM
4 do Cabo Orange	AP
5 Montanhas do Tumucumaque	AP
6 do Pico da Neblina	AM
7 do Jaú	AM
8 da Amazônia	PA/AM
9 da Serra do Pardo	PA
10 da Serra do Divisor	AC
11 da Serra da Cutia	RO
12 de Pacaás Novos	RO
13 do Araguaia	TO

14 das Nascentes do Rio Parnaíba	TO/BA/MA/PI
NORDESTE	
15 dos Lençóis Maranhenses	MA
16 de Sete Cidades	PI
17 da Serra da Capivara	PI
18 da Serra das Confusões	PI
19 de Jericoacoara	CE
20 de Ubajara	CE
21 Marinho de Fernando de Noronha	PE
22 do Catimbau	PE
23 Serra de Itabaiana	SE
24 da Chapada Diamantina	BA
25 do Pau Brasil	BA
26 do Monte Pascoal	BA
27 do Descobrimento	BA

28 Marinho dos Abrolhos	BA
CENTRO-OESTE	
29 da Chapada dos Guimarães	MT
30 do Pantanal Mato-Grossense	MT
31 da Chapada dos Veadeiros	GO
32 das Emas	GO/MS
33 da Serra da Bodoquena	MS
34 de Brasília	DF
SUDESTE	
35 Cavernas do Peruaçu	MG
36 Grande Sertão Veredas	MG/BA
37 da Serra da Canastra	MG
38 das Sempre-Vivas	MG
39 da Serra do Cipó	MG

40 do Caparaó	MG/ES
41 dos Pontões Capixabas	ES
42 Restinga de Jurubatiba	RJ
43 da Serra dos Órgãos	RJ
44 da Tijuca	RJ
45 de Itatiaia	RJ/MG
46 Serra da Bocaina	SP/RJ
SUL	
47 do Superagüi	PR
48 de Saint-Hilaire/Lange	PR
49 do Iguaçu	PR
50 de Ilha Grande	PR/MS
51 da Serra do Itajaí	SC
52 de São Joaquim	SC
53 da Serra Geral	RS/SC
54 de Aparados da Serra	RS/SC
55 da Lagoa do Peixe	RS

COMISSÕES

Processo eletrônico poderá agilizar Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei que autoriza a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais – aplicáveis a processos civil, penal e trabalhista – por meio eletrônico. A proposta (PLC 71/02), de autoria da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, será analisada agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, posteriormente, pelo Plenário.

Pelo projeto, as pessoas de direito público, exceto municípios, devem disponibilizar, em 120 dias, serviços de envio e recebimento de atos eletrônicos. A proposta obriga ainda os órgãos do Poder Judiciário a criar, em 60 dias, sistemas de comunicação de dados e de controle dos cadastrados.

A relatora da matéria, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou que a proposta visa imprimir grande celeridade ao processo judicial, e citou que casos nos juizados especiais tiveram redução dos prazos médios

de 725 dias para 50 dias, entre as datas de distribuição e a da decisão da sentença.

Serys apresentou substitutivo com a finalidade de adaptar o projeto aos avanços tecnológicos ocorridos desde a apresentação da proposta. A senadora incluiu no projeto, entre outras alterações, novas ferramentas jurídico-processuais, como o *Diário da Justiça on-line* e o processo judicial totalmente virtual.

– A virtualização do processo judicial traz vantagens incomparáveis no que diz respeito ao acesso à Justiça, agilidade, transparência e economia, além da preservação ecológica, devido à redução de desmatamento pelo abandono do uso de papel – observou Serys Slhessarenko.



Serys, relatora na CCJ: virtualização do processo traz vantagens “incomparáveis”

A Comissão de Justiça aprovou ainda projeto (PLC 3/05) – que tramitou em conjunto com o PLS 209/02 – para garantir a produção brasileira de medicamentos genéricos de uso veterinário. A proposta prevê que seja usado o nome técnico, e não a marca comercial. A matéria ainda vai a exame da CAS.

Contracheques divulgam os direitos humanos

Os órgãos públicos e os meios de comunicação social deverão passar a divulgar textos informativos sobre os direitos fundamentais e os direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. A determinação está prevista em projeto de lei (PLS 490/03) da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria, acolhida integralmente pelo relator Demostenes Torres (PFL-GO), estabelece três formas distintas de divulgação: nos contracheques mensais dos servidores públicos federais; nas emissoras de rádio e de televisão e ainda na publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. O projeto segue agora para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

CCJ aprova projeto de empréstimo ao Maranhão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de resolução (PRS 44/04) que autoriza o Maranhão a contrair empréstimo externo de até US\$ 30 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos, segundo mensagem do presidente da República, destinam-se a financiar, parcialmente, o segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (PCPR II). O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), acolheu em seu parecer o projeto original, conforme aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria retorna para a CAE, para apreciação das emendas. A CCJ também aprovou parecer do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ao projeto de lei (PLC 15/04) que determina a transferência, a título gratuito, aos municípios de Belterra e Aveiro (PA), das terras da União situadas nos respectivos territórios.

Senado pode indicar dirigentes de agências

O Senado poderá indicar e nomear os dirigentes das agências reguladoras se, decorridos 90 dias da vacância dos cargos, o presidente da República não fizer a designação.

A determinação está prevista em projeto de lei (PLS 322/05) do senador José Jorge (PFL-PE) que deve receber decisão terminativa na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para quarta-feira.

A competência do presidente da República de escolher e nomear o presidente e os demais membros dos conselhos diretores das agências reguladoras está prevista no artigo 5º da Lei 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras.

José Jorge, no entanto, considera que está havendo descaso por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque



José Jorge propõe que Senado escolha diretores se presidente não o fizer em 90 dias

alguns órgãos reguladores estão com diretorias vagas há meses, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que desde maio aguarda a indicação de dois novos diretores e pode deixar de tomar decisões por falta de quórum, pois somente três dirigentes respondem pela agência.

Ministro será convidado a falar sobre greve nas universidades

O ministro da Educação, Fernando Haddad, será convidado a falar, na Comissão de Educação (CE), a respeito da greve dos professores das universidades federais, que já dura mais de dois meses.

Ao defender seu requerimento, aprovado na semana passada pela CE, o senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que nem no período dos governos militares, quando ele mesmo

freqüentou uma universidade pública, ocorreram greves como as atuais. Ele lamentou ainda que a paralisação esteja prejudicando os jovens que desejam dar prosseguimento a seus estudos.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou a iniciativa “extremamente pertinente”, uma vez que professores e alunos das universidades federais já estariam

“desesperados” diante da falta de perspectiva de solução da greve.

Ele anunciou que apresentará projeto de lei instituinte a reforma universitária – texto que inicialmente pensou em sugerir como substitutivo da proposta do governo, cujo envio ao Congresso Nacional foi adiado.



Para Cristovam, professores e alunos estão “desesperados” com a greve

Projetos

Mudanças no Código de Trânsito Brasileiro

Proposta (PLS 265/05) do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) altera o Código de Trânsito Brasileiro para que a habilitação de condutores residentes em áreas rurais ou distantes da sede dos órgãos de trânsito seja gratuita e submetida a procedimentos especiais, como a criação de programas itinerantes de formação e habilitação. De acordo com o senador, “muitos acabam por desistir do documento de habilitação, apostando na falta de rigor dos órgãos de fiscalização e privando-se do processo de aprendizagem adequado e de noções de cidadania”. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), com o PLS 276/05, também quer modificar o Código de Trânsito Brasileiro, mas para suprimir a exigência de curso de direção defensiva e de primeiros socorros na renovação da carteira nacional de habilitação ao condutor que nunca tenha sofrido suspensão ou cassação do direito de dirigir.

Registro de imóveis estendido aos estados

PLS 268/05, do senador César Borges (PFL-BA), modifica dispositivos da Lei 5.972/73 para estender aos estados, Distrito Federal e municípios o registro da propriedade dos bens imóveis ocupados, possuídos ou discriminados administrativamente.

Limites e regras mais rígidos para a publicidade oficial

Com o PLS 282/05, o senador Marco Maciel (PFL-PE) propõe que a propaganda paga com recursos públicos seja limitada à divulgação de atos oficiais, a campanhas educacionais ou de utilidade pública e à publicidade de bens e serviços das empresas estatais e de economia mista que competem com empresas privadas na exploração de atividade econômica. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também apresentou projeto (PLS 272/05) sobre o assunto.

Projetos ampliam proteção aos bens das famílias

Dois projetos apresentados pelo senador José Maranhão (PMDB-PB) tratam de questões de família. O PLS 273/05 altera a Lei 8.009/90, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção contra penhor ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia. O PLS 270/05, por sua vez, acrescenta, no Código Civil, artigo determinando que as disposições que estabelecem direitos e obrigações previstos para o cônjuge da pessoa ausente se estendam aos integrantes das uniões estáveis.

Contas de campanha em tempo real

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propõe mudança na Lei Eleitoral para incluir o uso da Internet na divulgação, em tempo real, da prestação de contas do dinheiro arrecadado e gasto pelos candidatos (PLS 283/05). Já o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou proposta para que, nos municípios sem acesso à Internet, as ligações telefônicas interurbanas para provedores paguem a menor tarifa cobrada pela prestadora para ligações locais (PLS 317/05).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 2 de agosto e 8 de setembro

PLENÁRIO



CÉLIO AZEVEDO

Iris condena intenção do presidente de declarar guerra às oposições e repudia manifestações de violência contra Lula

Lula deve pregar concórdia e diálogo, diz senadora

Iris de Araújo (PMDB-GO) criticou a divulgada intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de declarar guerra às oposições como única alternativa para enfrentar as denúncias de irregularidades apresentadas pelos opositores. Na opinião da senadora, Lula deve pregar a concórdia e buscar o diálogo com a oposição, reforçando a tradição pacífica e tolerante do brasileiro.

– Gostaria que o presidente Lula declarasse guerra, sim, mas à fome, ao desemprego, à miséria, à falta de oportunidades para os jovens, ao abandono de nossas crianças – declarou.

Iris repudiou também as

manifestações de líderes partidários que ameaçaram usar violência física contra o presidente da República. De acordo com a parlamentar, essa atitude, além de prejudicar a convivência política, pode colocar o governo na posição de vítima.

– Imaginar uma democracia sem oposição é exterminá-la. Tudo bem, deve-se protestar com veemência e indignação, mas dar uma “surra” no presidente Lula é algo que foge completamente aos parâmetros do processo democrático e macula mesmo aquele sentido de oposição sensata e coerente que sempre guiou as ações dos líderes partidários deste país – salientou a senadora.

Aumento da dívida é o novo escândalo, afirma Mão Santa

Além da febre aftosa e do valerioduto, o país passa por um outro grande escândalo: o crescimento da dívida, que aumenta devido à incapacidade do atual governo. A opinião é do senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele afirmou que Lula entrega aos banqueiros internacionais, mensalmente, R\$ 40 bilhões a mais do que o governo anterior, e que a dívida interna brasileira está próxima a R\$ 1 trilhão.

Segundo Mão Santa, a dívida

pública brasileira cresce R\$ 13,5 bilhões por mês, o que equivale a R\$ 613,6 milhões por dia ou a R\$ 427 mil por hora.

– O operário que recebe um salário mínimo precisaria trabalhar 110 anos para ganhar o equivalente ao aumento da dívida numa única hora. Apenas quatro noites de juros custeariam o programa do governo que visa beneficiar mais de 1 milhão de pessoas no Nordeste com água potável – observou.

Paim anuncia chegada a Brasília de marchas pela igualdade racial

Paulo Paim (PT-RS) comunicou, em Plenário, que cerca de 50 mil pessoas devem chegar a Brasília para participar das duas marchas Zumbi mais Dez nos dias 16 e 22 de novembro. Paim destacou que essas manifestações estão pautadas pelo Estatuto da Igualdade Racial, proposto em projeto de sua autoria e que ele quer ver apro-

vado e sancionado antes do dia 20, data em que será celebrada a passagem dos 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Paim disse que Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da proposta que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), prometeu apresentar seu parecer até esta quarta-feira na Comissão de Justiça (CCJ).

Senadores analisam visita de Bush ao país

A visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil, e a realização da 4ª Cúpula das Américas, na Argentina, motivaram

discursos em Plenário. Para Tião Viana, o momento é oportuno para refletir sobre as relações bilaterais. Já Simon e Alberto Silva defendem a redução da dívida externa brasileira.

Tião Viana

Os dois acontecimentos são oportunos para que se reflita sobre a construção de um novo padrão nas relações bilaterais e multilaterais, opinou Tião Viana (PT-AC). Para ele, a sociedade deveria estar discutindo o mundo que deseja construir e o projeto que considera legítimo para o Brasil e para todos os povos americanos.

Heloísa Helena

É muito difícil para quem ama o Brasil aceitar de forma “cândida e serena” a visita de George W. Bush ao Brasil, na opinião de Heloísa Helena (PSOL-AL). – É um presidente que ousa dinamizar a economia americana à custa de patrocínios de guerra – ressaltou a parlamentar.

Alvaro Dias

O presidente Lula teve sua imagem internacional enfraquecida pelas denúncias de corrupção, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Conforme o senador, o protagonista político latino-americano agora é o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Luiz Otávio

O encontro entre os presidentes Bush e Lula demonstra a relevância brasileira no comércio mundial, ressaltou Luiz Otávio (PMDB-PA). O parlamentar defendeu a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Pedro Simon

A população brasileira foi conclamada por Pedro Simon (PMDB-RS) a enviar mensagens ao presidente Lula com apelo para que reivindique de George W. Bush apoio para o corte de um terço dos juros da dívida externa. Os recursos, disse, seriam destinados ao combate à miséria.

Alberto Silva

A proposta de redução dos juros da dívida brasileira também foi defendida por Alberto Silva (PMDB-PI). – Vamos dizer ao presidente Lula que consiga que o Fundo Monetário Nacional (FMI) deixe parte do dinheiro [da dívida] aqui para investir no nosso Brasil – declarou.

Augusto condena corte de verbas nas universidades

Roosewelt Pinheiro

Ao fazer um apelo ao governo federal e ao Congresso Nacional para que encontrem saídas para a crise da universidade pública, Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que o congelamento de verbas para custeio das instituições federais de ensino superior é a principal justificativa para o seu sucateamento.

O corte de recursos nos últimos dez anos, reconhecido pelo próprio Ministério da Educação, explicaria ainda, na análise do senador, os baixos salários de docentes e funcionários e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para dar continuidade a seu trabalho científico. – O congelamento explica as constantes denúncias de sucateamento de nossas valorosas universidades federais, algo moralmente inaceitável e que, sob o ponto de vista do desenvolvimento do país, é simplesmente desastroso – disse.



Augusto Botelho: congelamento de verbas sucateou universidades

Augusto ressaltou também que, ao contrário do ocorrido em épocas passadas, o grande capital que move atualmente a economia é o saber. Por esse motivo, concluiu, seria indispensável a presença ativa e atuante da universidade pública brasileira, como centro do pensamento, do intercâmbio de idéias e da produção e da disseminação de conhecimento acessível a todos.

Valadares defende a liberdade de imprensa

“Os meios de comunicação possuem grande poder formativo e, como qualquer poder, devem estar submetidos a controles democráticos institucionalizados eficientes e transparentes.” A frase é trecho de um artigo lido em Plenário pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto, publicado pela revista *Carta Capital*, foi escrito pela professora de sociologia Walquíria Leão Rego, da Universidade de Campinas (Unicamp).

Valadares reconheceu que existem órgãos de imprensa no Brasil que praticam abusos, mas ressaltou que não concorda completamente com o artigo da professora. Para ele, há no país veículos informativos “que trabalham em um ambiente de liberdade e democracia”. O parlamentar também ressaltou a importância da liberdade de imprensa, considerando-a um dos pressupostos da cidadania.

REFORMA UNIVERSITÁRIA - Frente à desistência do governo de enviar ao Congresso o projeto de reforma universitária, Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que deve apresentar, na Comissão de Educação (CE), projeto de sua autoria elaborado para ser um substitutivo à proposta do Executivo. Cristovam considera que, sem a reforma, a universidade fica “estagnada, obsoleta e corre o risco de desaparecer”.

FUNDOS DE PENSÃO - Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) denunciou irregularidades praticadas pelo governo na gestão dos recursos dos fundos de pensão das estatais. Ele citou relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta indício de fraudes quanto à atuação dos fundos no mercado de capitais, nas aquisições imobiliárias e em investimentos financeiros. – As conclusões do TCU vêm confirmar os piores pressentimentos – afirmou.

BRASÍLIA - O fato de Brasília ter ficado no topo do *ranking* de qualidade de vida entre as capitais brasileiras, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, foi saudado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). De acordo com o parlamentar, o resultado positivo obtido pela cidade na pesquisa reflete “o retorno dos investimentos e o trabalho político-administrativo e institucional” realizado pelo governo local.

SEGURANÇA PÚBLICA - Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a instituição de verba permanente para o sistema de segurança pública nacional. Ele cumprimentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, que apresentou uma proposta com esse objetivo. Tuma disse que o Brasil deveria seguir o exemplo do FBI (Federal Bureau of Investigation), a polícia federal americana, em que os policiais são selecionados rigorosamente.

PLENÁRIO

Suassuna pede maior redução nos juros

Apesar de aplaudir a redução de meio ponto percentual na taxa básica de juros, fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 19% ao ano, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que o país continua a ostentar uma das taxas mais altas do mundo. Ele apelou por novas intervenções do Banco Central, afirmando que não há forma de sacrificar mais o consumo e a produção do que a adoção de uma política de juros altos.

– Qualquer redução nos juros injeta ânimo no setor produtivo. O Banco Central parece estar cego para o potencial de cres-

cimento da economia e do mercado de trabalho no país – avaliou.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou que está na hora de o governo federal aplicar parte do superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros) nas necessidades imediatas do país, como a recuperação das rodovias. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) apontou a

descrença do povo brasileiro em relação ao governo Lula, “acusado de colocar mais di-



Suassuna lembra que juros altos sacrificam o consumo e a produção

nheno no colo dos banqueiros do que o ex-presidente Fernando Henrique”.

FOTOS: ROSEVELT PINHEIRO

Eduardo reitera denúncias contra Marcelo Miranda

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) expressou sua surpresa por ter recebido voto de repúdio assinado por deputados estaduais do Tocantins, em razão de denúncia de ato de improbidade administrativa e de desperdício de dinheiro público que fez contra o governador Marcelo Miranda.

Segundo o senador, a acusação baseou-se em ato publicado no *Diário Oficial* e que se referia ao aluguel, pelo governo estadual, de prédio pertencente à irmã do governador. Eduardo Siqueira Campos informou que o contrato foi feito com dispensa de licitação, o prédio está desocupado desde a formalização do negócio,

há sete meses, e a irmã do governador é diretora administrativa e financeira do órgão que deveria se instalar no imóvel.

– São sete meses de dinheiro público jogado fora. Penso se não seria papel da Assembléia Legislativa apresentar voto de repúdio pelo governo do estado jogar esse dinheiro no ralo. Sou eu que estou ofendendo a honra do povo do Tocantins? – questionou.

Outra denúncia do senador referiu-se a suposta ameaça de demissão de servidores comissionados indicados pelos deputados que não apoiem o governador. Segundo Eduardo, 7 mil pessoas já foram demitidas e 2 mil contratadas nos últimos 60 dias.

Lúcia Vânia quer repasse de verbas do Refis 2

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu que o governo federal atenda à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e repasse, até o próximo dia 5 de dezembro, a parte que cabe a estados e municípios do montante arrecadado pelo programa de parcelamento de dívidas chamado Parcelamento Especial (Paes), também conhecido como Programa de Recuperação Fiscal 2 (Refis 2).

Segundo a senadora, o programa de renegociação de dívidas junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional já arrecadou, até agosto último, R\$ 6,1 bilhões em contribuições e impostos atrasados. Destes, informou Lúcia Vânia, 60% correspondem ao Imposto de Renda (IR) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que devem ser repassados a municípios e estados.

– Só de atrasados, estados e municípios têm direito a, no mínimo, R\$ 1,6 bilhão – calculou.

Lúcia Vânia destacou que, do total arrecadado referente a IR e IPI, 22,5% devem ser repassados aos municípios e 21,5% aos estados. Ela disse temer que os recursos não repassados estejam sendo usados pelo governo para “fazer caixa para o superávit primário”.

Tourinho teme apagão no Nordeste em 2009

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) se mostrou preocupado com a possibilidade de a região Nordeste vir a enfrentar falta de energia elétrica em 2009. O senador ressaltou que apenas usinas térmicas poderiam ser construídas até 2009, devido ao fato de o prazo de construção de hidrelétricas ser de cerca de seis anos. A gravidade do problema, disse, estaria na necessidade de se usar o gás natural nas novas termelétricas, uma vez que não há disponibilidade do combustível no país.

– Preocupa-me muito dentro desse quadro a situação da região Nordeste, porque prevemos problemas de déficit já em 2009. Não há nenhuma possibilidade de acrescentar nesse período qualquer megawatt de potência hidrelétrica – alertou.

Tourinho criticou ainda a baixa prioridade dada pelo governo federal à questão energética, lembrando que todos os investimentos anunciados para o setor pela gestão Lula – R\$ 16,9 bilhões aplicados na construção de 13 termelétricas e 15 hidrelétricas – foram iniciados no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

– É preciso que fique claro que no governo atual não foi feita nenhuma concessão de usina hidrelétrica. É preciso chamar a atenção para o problema e não ficar comemorando coisas que não existem – afirmou Tourinho.

Sarney lamenta derrubada de emenda para o Amapá

Ao agradecer a sensibilidade dos senadores em relação à inclusão de emenda de sua autoria (derrubada depois pela Câmara dos Deputados) no texto da MP 255, a nova MP do Bem, o senador José Sarney (PMDB-AP) anunciou que vai cobrar das lideranças da Câmara a promessa de elaboração de lei, até o final deste ano, visando promover o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá.

A emenda concedia isenção de IPI nas vendas no mercado interno de bens produzidos nas áreas de livre comércio da Amazônia Ocidental e Amapá. Sarney lembrou que a MP do Bem concedia incentivos fiscais a setores como o farmacêutico e o elétrico, mas os deputados se recusaram a incluir



Sarney diz que a Câmara mostrou “intransigência” ao rejeitar emenda à MP do Bem

pequenas localidades do Amapá entre os beneficiários.

– Nunca vi tanta intransigência – disse o senador ao contestar o argumento “irracional” de que a emenda poderia destruir o parque industrial do Centro-Sul.

Sarney lembrou que, quando presidente, criou as chamadas zonas de processamento de exportação (ZPEs), medida que foi abandonada pelos governos seguintes.

Alberto Silva aponta saídas para a seca e a fome

Preocupado com a seca no Nordeste, Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu a construção de calhas e reservatórios forrados com lonas plásticas nos pequenos povoados, destinados à coleta de água da chuva, como solução de baixo custo para 1 milhão de pessoas. O senador explicou que as cisternas do governo, de cimento, não resistem muito e contaminam a água. Já o carro-pipa deveria receber um filtro, que é utilizado pelo Exército.

Para resolver o problema da fome, a sugestão de Alberto Silva é que o governo faça estoque de soja e distribua à população afetada pela seca. Além da soja, o parlamentar sugeriu o plantio de feijão-ligeiro e de mamona.

FLORESTAS - Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) anunciou em Plenário que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) fará audiência pública com os governadores dos estados que integram a Amazônia, além dos governadores do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e de técnicos do Ibama. Segundo ele, o objetivo é discutir, entre outros temas, o projeto de lei de gestão de florestas e as recentes modificações climáticas registradas no país.

ABANDONO - Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o nordeste de Goiás, não fossem os esforços do governo estadual, estaria relegado ao completo abandono, apesar das promessas do presidente Lula, quando de sua visita ao município de Cavalcante para a inauguração de projeto de irrigação rural em março de 2004. O senador disse que os 20 municípios da região classificados como turísticos têm realizado esforços para se desenvolverem em parceria com o governo estadual, mas falta vontade política do governo federal.

SUPERÁVIT - Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que a política de superávit pode comprometer o futuro do país. O senador citou anúncio de que a meta de superávit deste ano foi alcançada em apenas nove meses e notícia de que, em relatório de uma organização não-governamental, o Brasil foi equiparado a países muito mais pobres em termos de desenvolvimento social. – Com cidadãos ignorantes, doentes e sem assistência, o superávit fiscal é estéril e dificilmente se traduzirá em prosperidade real – avaliou.

INVESTIMENTOS - José Jorge (PFL-PE) criticou o que considera a incapacidade do governo Lula de investir nos setores sociais mais relevantes, como educação, segurança pública, transporte e reforma agrária. Segundo o senador, é na área da educação que o governo demonstra maior incompetência, o que, a seu ver, poderia ser comprovado diante da falta de habilidade em lidar com a greve dos professores universitários, que já dura mais de dois meses. José Jorge criticou ainda o que denominou a metamorfose do Bolsa-Escola em Bolsa-Família.

Voz do Leitor

VOTO NA LEGENDA

“Sou a favor da reforma política em vários pontos, mas sou contra a proposta de mudança na forma de eleição para os nossos representantes no Congresso, que obrigaria os eleitores a votar na legenda e não nos candidatos. No caso, conforme a quantidade de votos na legenda, seriam eleitos os candidatos na ordem em que foram incluídos em lista feita pelo partido. Isso só contribuiria para que a elite de cada partido se perpetuasse no poder, e tiraria dos eleitores o poder de banir da vida pública os corruptos. Eu quero continuar votando no meu candidato para deputado e para senador.”

Manuel Castro Vieira, de São Paulo (SP)

VOTAÇÃO

“O referendo foi uma grande votação feita em nosso país. Gostaria que tivesse tido como resultado o ‘sim’. O povo brasileiro deverá ter mais consciência nas próximas votações.”

José Aparecido Alves, de Tanque Novo (BA)

IDENTIDADE

“A emissão da carteira de identidade demora, em média, 20 dias. Sugiro projeto de lei que vise tornar obrigatória a emissão em, no máximo, cinco dias.”

Paulo Rogério Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)

SEGURANÇA

“Ainda há políticos e jornalistas que não entenderam a mensagem do resultado bombástico do referendo. Ela é uma só: não importa o partido,

nem o político que está no poder, o nosso problema maior é a segurança pública. Não saber se vamos voltar vivos para casa é muito mais estressante do que não termos emprego ou do que descobrirmos que a pessoa em quem votamos na última eleição é corrupta. Esses dois problemas nós podemos resolver, mas o da segurança caberia ao governo. As próximas eleições estão aí. Quero ver quem serão os políticos e jornalistas que continuarão votando no ‘politicamente correto’.”

Rene S. Bozzo, de Governador Valadares (MG)

CASSAÇÃO

“Por que há a possibilidade de os parlamentares renunciarem para evitar a cassação? Se comprovada a corrupção, eles deveriam automaticamente perder os direitos políticos por no mínimo oito anos, renunciando ou não. Se o fato foi comprovado, o parlamentar não pode escolher se irá assumir a responsabilidade ou não. Cabe à lei reger tal responsabilidade.”

Júlio Antonio Abinajm, de Praia Grande (SP)

PRECONCEITO RACIAL

“O preconceito racial contra os negros no Brasil só irá diminuir quando o próprio negro deixar de querer ser tratado como minoria. Vai diminuir quando, finalmente, entenderem que, nós, os negros, somos a maioria, pois incluo na mesma raça os mestiços, os pardos e até os de pele branca que têm negros em sua ascendência. O Brasil é um país negro, sim.”

Gilda Freitas Pereira, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

“Finalmente começamos a descobrir a origem do dinheiro.” Assim os deputados Osmar Serraglio e Eduardo Paes, relator e sub-relator da CPI dos Correios, anunciaram ter encontrado a principal pista sobre a origem dos milhões que abasteceram o valerioduto. De acordo com os deputados, pelo menos R\$ 10 milhões repassados por Marcos Valério ao PT teriam origem nos recursos de publicidade do Banco do Brasil na conta da Visanet



GERALDO MAGELA

Pergunte ao Senador

COMBUSTÍVEL

Valdir Araújo, de Canoas (RS)

“Senador Paulo Paim, quero saber por que o combustível é tão caro, já que os postos de gasolina não emitem nota fiscal?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Caro Valdir, é direito e dever de todo cidadão exigir que os postos emitam as notas fiscais. Infelizmente, a gasolina no Brasil é muito cara. Acredito que a concorrência entre os postos deveria ser estimulada. Outra solução seria diminuir os impostos sobre o produto final. Como resultado, poderíamos conseguir que os preços dos combustíveis não subissem mais. Mas, não se esqueça: você, eu, todos nós, temos a obrigação de exigir a emissão das notas fiscais. Todo tributo, contribuição ou imposto registrado deve ir, direta ou indiretamente, para investimentos no campo social. Pelo menos essa é a finalidade dos impostos. Por isso, insisto que devemos exigir sempre as notas fiscais, e não apenas nos postos.



RÁDIO SENADO

Nicolas José Crispim da Silva, de Consolação (MG)

“Senador Alvaro Dias, é possível fazer algo para que toda a população tenha acesso à Rádio Senado?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Caro Nicolas, tenho absoluta convicção da importância de ampliar o acesso à Rádio Senado para que o cidadão possa acompanhar ainda mais o dia-a-dia do Congresso e cobrar dos parlamentares o dever imposto pelas urnas. Maior acesso, não só à rádio, mas também à TV Senado – hoje, praticamente, restrita a assinantes, ao sistema a cabo e a parabólicas – é uma reivindicação antiga. A Presidência do Senado já informou que financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai permitir a expansão da comunicação da Casa. A prioridade é transformar a TV em aberta, mas acredito que a democratização do acesso também atinja os outros veículos.



ORÇAMENTO IMPOSITIVO

Rafael Lino de Souza, de Parnaíba (PI)

“Senador Antonio Carlos Magalhães, como anda a tramitação do orçamento impositivo? Por que tanta demora?”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:

O orçamento impositivo resolverá vários problemas, a começar pela corrupção existente desde a elaboração do Orçamento até o pagamento das verbas. É claro que a receita deve ser apontada pelo governo federal e, quando houver superávit, o governo e o Congresso colocarão as verbas em obras públicas de interesse da comunidade. E caso haja déficit na arrecadação, a Comissão de Orçamento e o governo encontrarão onde cortar as verbas, para que o orçamento não seja deficitário. O Congresso, entretanto, terá o direito de colocar, de acordo com a proposta do governo, os recursos onde julgar mais conveniente para a comunidade, e deixarão de existir o contingenciamento e o protecionismo no pagamento dos recursos alocados.



Frases

“Há alguns órgãos de imprensa que são aprendizes de Goebbels, que achava que bastava repetir uma mentira diversas vezes para que ela virasse verdade”

Ana Júlia, que comparou a postura de órgãos da imprensa à adotada pelo ministro da Comunicação de Hitler, ao comentar matéria em que o então candidato Lula é acusado de ter recebido US\$ 3 milhões de Cuba para a campanha de 2002.

“Aí vem mais uma semana de ataques ao PT, ao PSDB, ao PFL. Vamos ter de escolher Noé e colocar em uma arca, porque o dilúvio está vindo”

Tião Viana, ao sugerir um pacto entre os partidos para evitar que a crise política impeça o crescimento, a governabilidade e a apuração das denúncias.

“Há alguns anos vimos esses parlamentares virem à tribuna com a revista *Veja* em punho para denunciar os mais leves indícios de irregularidades. Agora que são governo passam a acusá-la”

Tasso Jereissati, saindo em defesa da revista, criticada por senadores do PT.

“Foi um recado que atingiu cada parlamentar atento, em sua autoestima e autoconfiança”

Cristovam Buarque, sobre o resultado do referendo, ao dizer que a população revelou desconfiança em relação às instituições.

“O povo morre de sede às margens do rio São Francisco. Parece que nós, nordestinos, somos cidadãos de segunda categoria”

Ney Suassuna, que acusou o governo de não adotar as providências necessárias para minimizar os efeitos da seca no Nordeste.

“O grampo existe para auxiliar as autoridades policiais a combater o crime organizado. O que está ocorrendo hoje é a banalização total”

Romeu Tuma, preocupado com as queixas de parlamentares sobre grampo em seus telefones.

“Não é casuísmo, é sem-vergonhice, um ajuntamento para o grupo que está no poder vencer mais fácil”

Mão Santa, criticando a não realização das mudanças eleitorais para 2006.

Lévi-Strauss no Brasil é tema de documentário

Na sexta, às 22h30, a TV Senado estreia o documentário *Lévi-Strauss: Saudades do Brasil*, que reconstitui a experiência do pensador francês em território brasileiro no início de sua carreira.

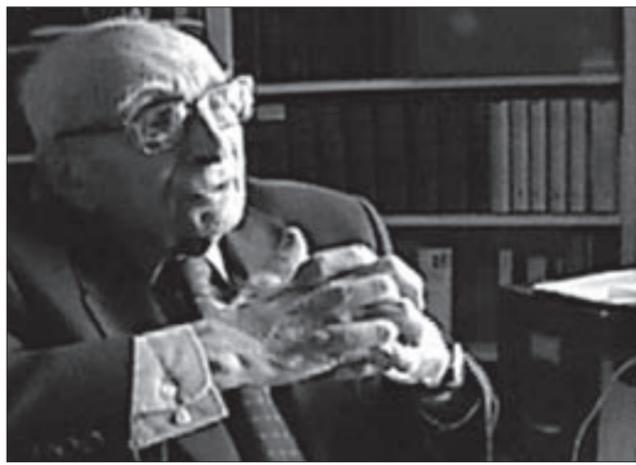
Claude Lévi-Strauss, hoje com quase cem anos, chegou ao Brasil em 1935, integrando uma segunda leva de professores europeus que vieram dar aula na recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Daqui organizou, com o apoio do escritor Mário de Andrade, as famosas expedições aos povos bororo, caidiú e nambiquara que resultaram, 15 anos depois, no livro *Tristes Trópicos*. Na ocasião, Mário de Andrade dirigia o Departamento de Cultura de São Paulo e colocou uma câmera de cinema nas mãos do antropólogo, que registrou a expedição.

O documentário tem entrevista inédita com Lévi-Strauss em Paris e depoimentos de Antônio Cândido, Jean Malaurie (editor de *Tristes Trópicos*), Manuela Carneiro e Eduardo Viveiros de Castro, entre outros. Tem ainda a participação de Caetano Veloso e da atriz Juliana Carneiro da Cunha. A produção tem reprise no sábado, às 15h30 e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 21h30.

A música popular de João Donato

Na Rádio Senado, o destaque é a segunda parte da entrevista de João Donato ao *Escala Brasileira*, na quinta-feira, às 23h.

Donato ganhou o seu primeiro acordeão aos cinco anos, e aos 15 já se apresentava no Sinatra-Farney Fan Club do Rio de Janeiro. Parceiro de Altamiro Carrilho e João Gilberto, passou a maior parte da carreira nos Estados Unidos, onde viveu por mais de uma década. De volta ao Brasil, desde 1972, produziu diversos cantores e lançou discos premiados. Para mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.



Lévi-Strauss, hoje com quase cem anos, chegou ao Brasil em 1935 para lecionar na recém-criada USP

DIVULGAÇÃO / TV SENADO

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

RESENHA

A atuação dos primeiros parlamentares brasileiros

ALEXANDRE GUIMARÃES

Resultado das idéias liberais da Revolução Francesa, a Revolução Constitucionalista do Porto, de 24 de agosto de 1820, abalou Portugal no período pós-napoleônico. A exigência popular de uma Constituição levou dom João VI a convocar as primeiras eleições do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Ainda no Rio de Janeiro, dom João VI, em 7 de março de 1821, nomeia os deputados eleitos para as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Em 23 de março, o rei segue para Lisboa, deixando seu filho Pedro como príncipe-regente do Brasil.

Os *Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, de Gomes de Carvalho, relata a atuação dos parlamentares, que já mostravam a mentalidade própria de uma nação brasileira que aprendera a ser independente nos 13 anos em que a corte se estabeleceu no Rio de Janeiro.

Eleitos tardiamente – a instalação das Cortes Gerais ocorrera em 26 de janeiro –, dos 97 deputados titulares e suplentes, 51 vão a Lisboa. Os parlamentares das províncias de Minas Gerais, de Mato Grosso e de São Pedro do Rio Grande do Sul decidem não ir, à espera de momento político mais propício.

Um deputado, o monsenhor Francisco Moniz Tavares, eleito por Pernambuco, a primeira de-



Dom João VI convocou as primeiras eleições do Reino de Portugal, Brasil e Algarves

legação brasileira a aportar em Portugal, entrou para a história como o primeiro brasileiro a usar da palavra no Parlamento, em 30 de agosto de 1821.

A obra de Gomes de Carvalho ressalta a posição brasileira e os conflitos com os portugueses, que fariam dom Pedro convocar, em 3 de agosto de 1822, eleições de deputados à Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil, a serem realizadas a partir de 1823. Com o acirramento das pressões portuguesas, dom Pedro, às margens do riacho do Ipiranga, declara a independência do Brasil.

Os *Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821* é imprescindível a todos aqueles que pretendam entender os acontecimentos mais imediatos que culminam na criação do Estado brasileiro.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*, das *Edições do Senado Federal*, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Interlegis mapeia câmaras municipais

Censo realizado pelo Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – mapeou as condições e a estrutura das 5.532 câmaras municipais do país. O primeiro relatório dessa pesquisa será apresentado em dezembro, durante o Seminário Nacional Interlegis, com uma exposição de fotografias que registram o trabalho dos 189 recenseadores que percorreram todas as cidades brasileiras entre outubro de 2003

e agosto de 2004.

O projeto está agora na fase de tratamento dos dados brutos. Após esse primeiro exame, cientistas políticos farão análise técnica dos dados coletados, o que possibilitará apresentar à sociedade brasileira questões importantes sobre os resultados da pesquisa.

O primeiro relatório do censo já será apresentado nos dias 1º e 2 de dezembro, no Seminário Nacional do Interlegis, a ser realizado

em Maceió. O evento ainda não tem local definido, mas, segundo informações do Interlegis, deve acontecer na Assembléia Legislativa de Alagoas ou no Centro de Convenções de Maceió. A exposição fotográfica mostrará, além do trabalho dos recenseadores junto às câmaras municipais brasileiras e seus vereadores e funcionários, imagens que identificam cada região por onde passaram, incluindo animais silvestres vistos no caminho.

Servidores doam sangue em campanha do Senado

Quarenta pessoas compareceram, na terça-feira passada, ao primeiro dia da campanha em que o Senado recolheu sangue para o estoque da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), que atende a todos os hospitais públicos do Distrito Federal. A campanha, intitulada “Quem faz o Senado tem compromisso com a vida”, estendeu-se até a quinta-feira.

Para o médico responsável pela coleta, dr. Luciano Flores, a experiência é de alta relevância para a sociedade, porque ainda não é possível substituir o sangue por um derivado sintético, já que apenas o corpo humano é capaz de fabricá-lo. Segundo o médico, por ser perecível, o sangue não pode ser armazenado por muito tempo. Embora o plasma se conserve por até dois anos, o sangue concentrado só dura 42 dias.

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, visitou o posto de doação de sangue no último dia da campanha, quando 80 servidores já haviam participado, com a oferta de 450 mililitros de sangue cada um. Ele disse que, devido ao êxito da campanha – idealizada pela Secretaria de Recursos Humanos –, outras poderão ser realizadas.

Senadores lançam livros na Feira de Porto Alegre

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Paim (PT-RS) participaram de sessões de autógrafa na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre. Nesta quinta-feira, às 16h30, Simon autografa seus dois mais novos livros: *Menos Juros, Mais Empregos*, coletânea dos pronunciamentos, pareceres, relatórios, projetos de lei e propostas de emenda à Constituição apresentados por ele em 2004; e *Drama dos brasileiros – Reflexões sobre Ética e Solidariedade*, com oito pronunciamentos feitos neste ano.

Na sexta-feira, no mesmo horário, Paim autografa *Salário Mínimo: Uma História de Luta*, livro que analisa o salário mínimo nos últimos 20 anos e descreve a trajetória do senador. Ele também vai autografar a obra *Batalha de Caiboaté – Episódio culminante da Guerra das Missões*, de Ptolomeu de Assis Brasil, sobre o combate entre índios guaranis e uma tropa de 3.700 soldados portugueses e espanhóis.

Autor dos livros *Curso de Direito Constitucional*, *Curso de Direito Administrativo* e *Licitação e Contratos Administrativos*, Henrique Savonitti também autografa na quinta-feira.

Já a Coletânea Básica Penal, que foi lançada na Feira de Porto Alegre, é vendida por apenas R\$ 10.

Conheça o Senado



Ney Suassuna (E) e o ex-senador Lúcio Alcântara analisam, em 1995, propostas de mudanças no Regimento Interno do Senado

Regras em constante evolução

Com 413 artigos, o Regimento Interno do Senado Federal é um dos maiores compêndios de regras que devem ser seguidas para o funcionamento de um órgão público. Consolidadas ao final de cada legislatura – após a incorporação das modificações ocorridas ao longo do quadriênio de trabalhos legislativos –, as normas que regem o Senado e a atuação dos senadores são resultado de amplos debates em torno de projetos de resolução propostos pelos parlamentares.

O Regimento Interno define o funcionamento do Senado e reitera as competências privativas estabelecidas pela Constituição,

determinando que os senadores devem se reunir de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, nas chamadas sessões legislativas ordinárias. Os senadores podem ainda se reunir a partir de convocação extraordinária do Congresso Nacional feita pelo Executivo ou pelo próprio Legislativo.

As normas internas do Senado tratam ainda do trabalho dos senadores, desde a posse até a convocação dos suplentes, abordando temas como uso da palavra, imunidades e vagas, entre outros. Outras normas abarcam a atuação da Mesa, dos blocos parlamentares, da maioria

e da minoria, das lideranças e da representação externa.

Os trabalhos legislativos são descritos nas atividades das comissões, na realização das sessões e na proposição de matérias. Entre essas, o regimento tem título próprio para as proposições sujeitas a disposições especiais, como as propostas de emenda à Constituição, os projetos de código, os projetos com tramitação urgente e os referentes a atos internacionais.

Este ano o Regimento Interno sofreu alterações com a criação de novas comissões e a mudança no horário do início das sessões.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Janaina Araújo, Suelly Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Mikhail Lopes, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Direitos do passageiro de transporte aéreo

O cidadão que viaja de transporte aéreo tem direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor e em normas do Departamento de Aviação Civil (DAC). Em caso de mau atendimento, por exemplo, ele pode buscar auxílio da autoridade aeronáutica, procurando o fiscal de Aviação Civil do DAC. A reclamação será encaminhada ao presidente da companhia aérea.

Se houver cancelamento de voo pela empresa por qualquer motivo, o passageiro tem direito

ao reembolso (devolução do valor pago) ou ao endosso (troca do bilhete de uma companhia pelo de outra). O bilhete de passagem dentro da validade, mesmo o eletrônico (comprado pela Internet), é a garantia do crédito. O consumidor será reembolsado com a quantia efetivamente paga e atualizada, com base na tarifa praticada na data do pedido de reembolso. Se for bilhete internacional, o valor a ser devolvido será calculado com base na moeda estrangeira, ao

câmbio do dia. O prazo máximo para o reembolso é de 30 dias a partir da solicitação. O endosso depende de convênios firmados entre as empresas.

Antes de adquirir sua passagem, verifique as condições de reembolso e de endosso – que podem variar de acordo com a tarifa e a forma de pagamento – e as previstas para o caso de você desistir de voar ou querer alterar sua viagem. Existem tarifas e procedimentos diferenciados para cada caso.



Em caso de cancelamento de voo, o passageiro tem direito a receber o valor pago ou a embarcar em outra companhia

Veja como agir em caso de problemas

O que fazer em caso de:

1. Atraso – Caso sua reserva esteja confirmada e ocorra atraso de voo, a companhia aérea tem obrigação de acomodar você em outra aeronave (dela mesma ou de outra companhia) em até quatro horas. Se esse prazo não for cumprido, a empresa deverá lhe proporcionar todas as facilidades (como refeições, telefonemas e transporte para sair do aeroporto e voltar). Se você preferir outra companhia, o bilhete deve ser endossado. Você também pode escolher o reembolso.

2. Extravio de bagagem

• **Em vôos nacionais** – Procure o balcão da companhia aérea para reclamar se a bagagem não for entregue no ponto de destino. É necessário preencher o Registro de Irregularidade de Bagagem (RIB). As malas extravaviadas deverão ser entregues em até 30 dias. Após esse tempo, o passageiro deverá ser indeniza-

do. É possível declarar, antes do embarque, valores atribuídos à bagagem (exceto objetos de valor como jóias, papéis negociáveis ou dinheiro), pagando taxa suplementar. Nesse caso, a companhia terá direito de verificar o conteúdo, e o passageiro receberá, em caso de extravio, o valor declarado.

• **Em vôos internacionais** – A Convenção de Varsóvia limita a responsabilidade da companhia em US\$ 20 por quilo de bagagem extravaviada. É possível optar pelo despacho dos pertences, resguardados por Declaração Especial de Interesse (documento que discrimina o conteúdo da mala), que garantirá a indenização integral.

3. Overbooking – É a confirmação pela companhia aérea de mais reservas do que assentos disponíveis na aeronave, contando com desistências de última hora. Se elas não ocorrem, faltam lugares. A companhia é obriga-

da a acomodar em outro voo o passageiro preterido, dentro de quatro horas. Caso o prazo não seja cumprido, é possível optar por outro voo da mesma companhia, endosso ou reembolso.

Há ainda os benefícios do Termo de Compromisso, em que a companhia oferece compensação aos portadores de bilhete válido – com reserva confirmada e comparecimento para *check in* com no mínimo 30 minutos de antecedência para vôos domésticos e 60 para internacionais – que aceitem viajar em outro voo. Terão prioridade menores de 18 anos desacompanhados, maiores de 65 anos, gestantes, deficientes, membros da mesma família viajando juntos, passageiros em trânsito e passageiros deportados. Quem achar que o prejuízo foi maior do que a compensação oferecida pela empresa, poderá exigir indenização na Justiça por danos materiais ou morais.

Viagem de crianças, adolescentes e animais vivos

▶ As empresas aéreas deverão assegurar atendimento e embarque prioritário a passageiros com 65 anos ou mais, doentes, deficientes, gestantes e quem estiver acompanhado de crianças.

▶ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 83, nenhuma criança (até 12 anos) poderá viajar desacompanhada dos pais ou responsável sem expressa autorização judicial. O documento não será exigido se a criança estiver acompanhada de parente maior de 18 anos ou de pessoa expressamente autorizada pelos pais ou pelo responsável. Em viagem ao exterior, a autoriza-



ção só é dispensável se a criança ou adolescente (até 18 anos) estiver acompanhado de ambos os pais ou do responsável, ou se viajar com um dos pais autorizado pelo outro, em documento com firma reconhecida.

▶ Animais vivos poderão ser transportados em compartimento

de carga e bagagem. O transporte de cães e gatos na cabina de passageiros poderá ser admitido caso seja considerado seguro, esteja em embalagem apropriada e não acarrete desconforto aos passageiros.

▶ Será permitido, em adição à franquia de bagagem e livre de pagamento, o transporte de cão-guia condutor de deficiente visual ou auditivo na cabina de passageiro. No embarque, o passageiro deverá apresentar atestado de sanidade do animal, fornecido por secretaria de agricultura estadual, posto do departamento de defesa animal ou por um veterinário.

Consumidores lesados se unem e criam associação

Em entrevista ao *Especial Cidadania*, o presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep), Cláudio Candiotta, aponta falta de respeito ao consumidor.

Quais são as reclamações mais frequentes à Andep?

Infelizmente, as companhias aéreas desrespeitam os direitos dos consumidores, que na maioria dos casos precisam recorrer à Justiça. As reclamações mais usuais à Andep são atrasos e cancelamento de vôos sem aviso prévio, *overbooking*, extravio de bagagens, cobrança indevida de multas e falhas no serviço de informação.

Como surgiu a Andep e como ela vem atuando?

A Andep foi criada em virtude de experiências negativas entre representantes de vários segmentos da sociedade e empresas aéreas. A associação atua prioritariamente prestando informações e na procura por composições amigáveis ou judiciais entre passageiro e companhia.

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil

(Anac) vai ajudar?

A Andep não tem expectativas no que se refere aos direitos dos passageiros. O segmento das empresas de aviação civil sempre editou suas próprias regras, e algumas até ferem dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Constituição. Parece ser mais interessante economicamente para as empresas enfrentar ações judiciais do que cumprir o código. Possivelmente, as companhias só passarão a cumprir a lei se houver mais ações e aumento das penas nas condenações. Uma mudança na situação não dependerá da criação da Anac.

A crise do setor de aviação civil afeta o consumidor?

Sim, diretamente. O consumidor cumpre a sua obrigação, que é o pagamento, sem a obtenção da prestação do serviço, que é o transporte aéreo. Isso ocorreu com a cassação da concessão da Vasp e, além disso, inúmeros consumidores ficaram em situações delicadíssimas. Alguns não tiveram condições, por exemplo, de retornar ao seu local de origem.

Informações

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero)
SCS Quadra 4, Bloco A, 58
70304-902 Brasília (DF)
0800-727-1234
Tel.: (61) 3312-3222
www.infraero.gov.br

Departamento de Aviação Civil (DAC) - Representação nos principais aeroportos brasileiros
Rua Santa Luzia, 651, Castelo
20030-040 Rio de Janeiro (RJ)
www.dac.gov.br

Guia do Passageiro - www.dac.gov.br/passageiros/Novo%20Guia/guiaNovo.pdf

Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep)
Dr. Florêncio Ygartua, 131, cj. 403
90430-010 Porto Alegre (RS)
Tel.: (51) 3311-6300
consulte@andep.com.br
www.andep.com.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Orientações aos viajantes
Tel.: (61) 3448-1000
www.anvisa.gov.br/paf/viajantes/vacina2.htm#

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.com.br

Propostas para melhorar o serviço prestado pelo setor

▶ **PLS 114/04 e PLS 160/00** – Os projetos, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), respectivamente, estabelecem indenização aos passageiros e penalidades às companhias aéreas que praticarem *overbooking*.

▶ **PLS 66/04** – Do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), inclui entre os beneficiários do passe livre os portadores

de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo, quando o motivo da viagem for tratamento médico.

▶ **PLS 32/02** – Concede ao deficiente comprovadamente carente passe livre nos vôos comerciais interestaduais. Do então senador Lauro Campos.

▶ **PLS 35/03** – Do senador licenciado Hélio Costa, proíbe transporte de materiais radioativos em aeronaves que

transportam passageiros.

▶ **PLS 33/01** – As empresas de transporte aéreo são obrigadas a reservar a primeira fileira de assentos das aeronaves (mais próximas dos comissários de bordo e com maior espaço à frente) para a acomodação de gestantes, idosos, deficientes, crianças desacompanhadas e pessoas acompanhadas de crianças, de acordo com a proposição do senador Tião Viana (PT-AC).